

Relatório de Gestão 2022

ISSA, IPRA
Instituto da Segurança Social dos Açores

Av. Tenente Coronel José Agostinho
9700-108 Angra do Heroísmo
Email: ISSA@seg-social.pt



Ramos
M.

1 – APRESENTAÇÃO

O Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituto Público da Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designado por ISSA, IPRA, foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2013/A, de 3 de outubro, e regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 2/2014/A, de 24 de janeiro. Sob a tutela da Vice-presidência do Governo Regional é um Instituto Público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com a missão da gestão financeira dos seus recursos económicos, da gestão dos regimes de segurança social dos Açores, e demais subsistemas, incluindo o exercício da ação social.

Designação: Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituto Público da Região Autónoma dos Açores.

Número de identificação fiscal	510 928 897
Endereço	Avenida Tenente Coronel José Agostinho 9701-858 Angra do Heroísmo
Regime financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial
Tutela	Vice-presidência do Governo Regional
Código de classificação económica	84300

O ISSA, IPRA é dotado com instrumentos e meios que lhe possibilitam uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema de Segurança Social.

Vogal

De 1 de janeiro a 4 de maio de 2022: Ana Margarida Frias Furtado Silva, Doutorada em Serviço Social, mestre em Serviço Social, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-presidência do Governo Regional n.º 238/2021, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º21, de 1 de fevereiro de 2021 e exorada pelo despacho n.º 813-F/2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º88, de 6 de maio de 2022.

De 5 de maio a 31 de dezembro de 2022: Tânia Duarte de Almeida Moreira da Fonseca, Licenciada em Psicologia Aplicada - Área em Psicologia, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-presidência do Governo Regional n.º 813-L/2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º88, de 6 de maio de 2022.

Fiscal Único

O Estatuto Orgânico do ISSA, IPRA, estabelece o Fiscal Único como órgão do instituto. A Sociedade UHY & ASSOCIADOS, SROC,LDA, foi designada por um período de três anos como Fiscal Único do ISSA, IPRA, nomeadamente para as contas de gerência dos anos de 2020, 2021 e 2022, através do Despacho Conjunto nº1871/2020, de 19 de novembro de 2020, do Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e da Secretária Regional da Solidariedade Social.

2 – ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

No decurso do ano de 2022 os órgãos do ISSA, IPRA foram constituídos pelos seguintes membros:

- **Conselho Diretivo**

Presidente

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022: Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, licenciada em Direito, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-presidência do Governo Regional n.º 2477/2021, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 212, de 25 de outubro.

Vice-Presidente

De 1 de janeiro a 4 de maio de 2022: Octávio Manuel Melo Torres, licenciado em Organização e Gestão de, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-presidência do Governo Regional n.º 239/2021, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 21, de 1 de fevereiro de 2021 e exorado pelo despacho n.º 813-I/2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 88, de 6 de maio de 2022.

De 1 de agosto a 31 de dezembro de 2022: Patrícia Borges Soares, licenciada em Economia, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-presidência do Governo Regional n.º 1542/2022 e respetiva Declaração de Retificação n.º 46/2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 145 e n.º 148, de 29 de julho e de 3 de agosto de 2022, respetivamente

3 – ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A atividade do ISSA, IPRA é exercida a nível regional sob a tutela da Vice-Presidência do Governo Regional.

Organizado numa estrutura central, dispõe de serviços desconcentrados e desenvolve atuações específicas nas diversas áreas, sendo responsável por:

- a) Gerir os regimes de segurança social que por lei ou regulamento sejam cometidos às instituições de segurança social na Região Autónoma dos Açores;
- b) Estudar e propor medidas visando a permanente adequação dos regimes;
- c) Colaborar na definição e adequação da política financeira da segurança social;
- d) Participar na elaboração do plano global da segurança social;
- e) Preparar o orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares, e assegurar, coordenar e controlar a respetiva execução;
- f) Elaborar a conta da segurança social da Região Autónoma dos Açores, a submeter à aprovação dos órgãos competentes;
- g) Colaborar na definição dos procedimentos contabilísticos a adotar no sistema da segurança social;
- h) Assegurar o desenvolvimento de ações de natureza preventiva, terapêutica e promocional, numa perspetiva integrada e tendencialmente personalizada para a consecução dos objetivos da ação social;
- i) Promover a mobilização de recursos da própria comunidade na prossecução das ações a que se refere a alínea anterior;
- j) Colaborar no estudo de medidas de política e intervenção social;
- k) Celebrar acordos, contratos ou protocolos de cooperação;
- l) Fiscalizar os serviços e equipamentos de apoio social, incluindo os de fins lucrativos;
- m) Garantir o cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes do sistema de segurança social da Região;

- m.
- n) Assegurar, nos termos da lei, assessoria técnica aos tribunais em matéria de promoção e proteção de crianças e jovens em risco e tutelar cível;
 - o) Exercer os poderes sancionatórios no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social relativos a beneficiários e contribuintes, nos termos legais;
 - p) Proceder à recolha, tratamento e elaboração de dados estatísticos de interesse específico para a ação da segurança social;
 - q) Colaborar na verificação, acompanhamento, avaliação e informação, nos domínios orçamental, económico e patrimonial, da atividade dos organismos e serviços que integram o sistema de segurança social regional, no âmbito do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;
 - r) Assegurar a gestão e administração dos bens e direitos de que seja titular e que constituem o património da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
 - s) Promover, no âmbito da segurança social da Região Autónoma dos Açores, estudos e avaliações do património;
 - t) Otimizar a gestão dos recursos financeiros da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
 - u) Receber as contribuições e quotizações, assegurando e controlando a sua arrecadação, bem como dos demais recursos financeiros consignados no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
 - v) Assegurar o abastecimento financeiro dos organismos e serviços com suporte no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
 - w) Assegurar a rendibilização de excedentes de tesouraria, nomeadamente mediante o recurso a instrumentos disponíveis no mercado;
 - x) Participar, na forma prevista na lei, nas ações de proteção civil;
 - y) Exercer as demais atribuições previstas na lei.

O modelo de gestão e instrumentos de apoio

A Gestão por objetivos adotada pelo ISSA, IPRA tem por base um ciclo de gestão anual no qual, são fixados os objetivos de desempenho, de forma quantitativa e calendarizada, em que o desempenho efetivo é medido e é objeto de reporte regular.

A avaliação de desempenho do Instituto assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente e atualizado a partir dos sistemas de informação, nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 26/2015/A, de 23 de dezembro (subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública – SIADAPRA 1).

O QUAR é um instrumento de apoio à gestão, concebido para analisar e avaliar o desempenho constituindo um referencial sobre a razão de ser e de existência do organismo (missão), dos seus propósitos de ação (objetivos estratégicos), da aferição da sua concretização e da explicitação sumária dos desvios apurados no fim do ciclo de gestão.

Em consonância com os objetivos estratégicos é elaborado o Plano de Atividades – no qual é definida a estratégia, a hierarquização das opções, a programação das ações e a afetação e mobilização dos recursos, e - o Relatório de Atividades – destinado a relatar o percurso efetuado, apontar os desvios, avaliar os resultados e estruturar a informação relevante para o futuro.

Estes dois instrumentos de gestão, anuais, complementam-se, na medida em que assumem as funções de planeamento e de controlo.

Há ainda a salientar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) que constitui um mecanismo eficiente de avaliação de riscos de corrupção e de infrações conexas, bem como a identificação das medidas que previnem a sua ocorrência.

O sistema de controlo interno

O controlo interno do Instituto tem por base sistemas adequados de gestão de informação e de comunicação, bem como um conjunto de ações de conferência e monitorização que asseguram a adequação e eficácia em todas as áreas de intervenção visando garantir:

- A salvaguarda da legalidade e da regularidade da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, da elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras e do sistema contabilístico como um todo;
- O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares;
- A salvaguarda do património;
- A aprovação e o controlo de documentos;
- A exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida;
- A adequada e eficaz utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos;
- O controlo das aplicações e do ambiente informático;
- O registo oportuno das operações pela quantia correta, em sistemas de informação apropriados e no período contabilístico a que respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito pelas normas legais aplicáveis;
- Uma adequada gestão de riscos.

Para a prossecução dos objetivos acima descritos, os procedimentos de controlo interno sustentam-se em princípios básicos, designadamente:

A segregação de funções: O princípio baseia-se na separação de funções incompatíveis entre si, sendo a finalidade de evitar que sejam atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções concomitantes com o objetivo de impedir ou pelo menos dificultar a prática de erros, irregularidades ou a sua simulação.

O controlo das operações: O princípio tem como objetivo na verificação ou conferência das operações, o que de acordo com o princípio anterior, deverá ser efetuado por pessoas diferentes das que intervêm na sua realização ou registo.

Definição de autoridade e responsabilidade: O princípio centra-se na definição clara e rigorosa da estrutura de autoridade e de responsabilidade em qualquer operação. Da definição apresentada, deve constar um plano organizativo, contendo uma distribuição funcional de autoridade e da responsabilidade tendente a fixar e a delimitar as funções de todo o pessoal.

Competências do pessoal: Este princípio refere que o pessoal afeto às atividades, deve dispor das habilitações necessárias e experiência profissional adequada ao exercício das funções que lhe foram conferidas.

Registo dos factos: O princípio encontra-se ligado aos registos contabilísticos, e visa essencialmente assegurar uma conveniente verificação da ligação entre os diferentes serviços, visa também acelerar o processo de registo das operações, e por último fornecer a informação com rapidez, precisão e clareza aos responsáveis, no exercício da sua atividade de gestão.

Compete ao Conselho Diretivo do Instituto aprovar e manter em funcionamento o sistema de Controlo Interno assegurando o seu regular acompanhamento e avaliação podendo promover auditorias internas que permitam verificar a sua execução.

Compete aos Diretores de Departamento, Chefes de Divisão e Coordenadores de Núcleo cumprir e fazer cumprir os princípios orçamentais, contabilísticos e patrimoniais, as normas e procedimentos estabelecidos.

Os documentos escritos que integram os processos administrativos, as deliberações, os despachos e informações sobre eles exarados e os documentos contabilísticos identificam, de forma legível, os dirigentes e demais trabalhadores que os subscrevem, bem como a qualidade em que o fazem.

4 – ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

À data de 31.12.2022, o organigrama do ISSA, IPRA, apresentava a seguinte estrutura:



Presidência

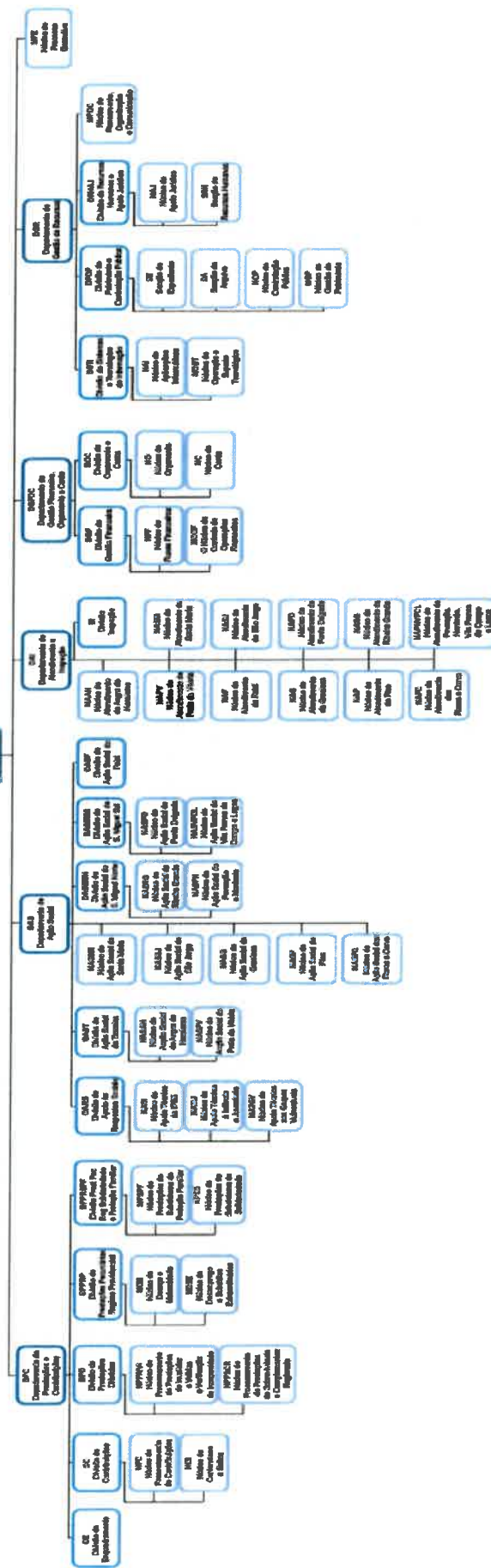


Figura 1 – Organigrama do ISSA, IPRA

Relatório de Gestão 2022

Ramos

Ramos
[assinatura]
M.

Recursos Humanos

Aos trabalhadores do ISSA, IPRA é aplicável o disposto no regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, com as adaptações à administração pública regional dos Açores.

Em 31.12.2022, o ISSA contava com 582 trabalhadores, dos quais 113 do sexo masculino e 469 do sexo feminino, tendo-se verificado um decréscimo de 2% face a 2021.

Número de efetivos reportado a 31 de dezembro, discriminado por pessoal do quadro e fora do quadro, carreiras e categorias, departamentos e serviços

	Pessoal Dirigente superior		Pessoal Dirigente intermédio		Técnico Superior		Pessoal de Inspecção		Informático		Docente		Assistente Técnico		Assistente operacional		Médico		Enfermeiro		Téc. Diagn. e Terapêuticas		Outro		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Nomeação definitiva							9	14																	9	14
Nomeação transitória por tempo indeterminado																										
Nomeação transitória por tempo determinado																										
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado					10	113			13	4			55	279	11	17								10	386	413
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo																										
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto																										
Comissão de serviço no âmbito da Lei de Carreiras, Vínculos e Remunerações - Lei n.º 12-A/2008																										
Comissão de serviço no âmbito do código de trabalho																										
Outras situações																										
Total de efetivos	0	3	6	15	19	154	9	18	13	4	0	3	55	277	11	17	0	0	0	0	0	0	0	10	113	469

Quadro 1 - Nº de trabalhadores por sexo, segundo a modalidade de grupo/cargo/carreira em 2022

Encargos com o pessoal no ano de 2022

Administração	2021	2022	%
Despesas com pessoal	15.052.179,22 €	15.402.863,39 €	2,33%
Remun.cert.e perman.	11.914.357,77 €	12.281.222,09 €	3,08%
Abon.var.ou event.	294.860,95 €	305.442,00 €	3,59%
Segurança Social	2.842.960,50 €	2.816.199,30 €	-0,94%

Quadro 2 – Encargos com o pessoal no ano de 2022

Gestão de Recursos – Acolhimento e gestão de saídas

Na integração de novos elementos, em primeiro lugar são transmitidos os valores da entidade sendo promovida uma rápida integração no ambiente de trabalho, em segundo lugar, é promovida a capacitação sobre tudo o que está implícito nas funções que o novo colaborador vai desempenhar.

No que respeita à gestão de saídas e ausências prolongadas, procede-se à identificação dos processos acompanhados pelo colaborador em causa, à verificação da situação dos procedimentos em curso e à reafecção dos mesmos a outro colaborador com as mesmas valências, respeitando o princípio da segregação de funções.

Caso a saída resulte na necessidade de suprimento da vaga, procede-se de acordo com os procedimentos de recrutamento e seleção aplicáveis.

Segregação de funções

A organização do trabalho é estruturada no sentido de dar cumprimento ao princípio da segregação de funções, evitando-se assim que sejam atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções concomitantes, com o objetivo de impedir ou dificultar a prática de erros ou irregularidades ou a sua dissimulação.

Recrutamento e Critérios de Seleção

O recrutamento é efetuado com recurso a procedimento concursal, aos instrumentos de mobilidade geral previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, ou ao regime de mobilidade próprio dos trabalhadores da administração regional, previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, na sua redação atual.

A seleção é efetuada por aplicação dos métodos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2022/A, de 1 de agosto.

A admissão, a qualquer título, de pessoal para os serviços e organismos da administração regional, incluindo os institutos públicos e os serviços personalizados regionais, carece de prévia autorização do membro do Governo Regional que tem a seu cargo a área das finanças e da administração pública.

M.

Duração e organização do tempo de trabalho

Ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 75º da LTPF, o Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, pela deliberação n.º 1/2019 de 18 de fevereiro de 2019, alterou o regulamento do período de funcionamento e de horários de trabalho dos trabalhadores afetos ao Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, aprovado pela Deliberação n.º 1/2015, de 11 de março, no qual estão definidas as normas da duração, organização do tempo de trabalho, horário de trabalho e controlo de assiduidade e pontualidade.

O registo da assiduidade dos trabalhadores/colaboradores é efetuado por leitura biométrica (impressão digital), disponível para consulta no Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA).

Os procedimentos para consulta e as instruções a encetar nomeadamente em presença de alguma desconformidade, foram divulgados por todos os trabalhadores/colaboradores do ISSA, IPRA. Apenas os esquecimentos ou correções (inserir ou remover picagens) são colocados no SIGRHARA pelo trabalhador, para aprovação do superior hierárquico.

Compete à seção de recursos humanos o controlo da assiduidade e pontualidade do pessoal, cabendo-lhe proceder aos registos não imputáveis ao trabalhador (exemplo documentos de consultas médicas), organizar e manter atualizado o sistema de registo e tratar e reportar a informação sobre cada trabalhador.

Procedimentos de Avaliação

O processo de avaliação de desempenho adotado para os trabalhadores do Instituto está em conformidade com o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública Regional dos Açores, SIADAPRA previsto no Decreto Legislativo Regional nº 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 26/2015/A, de 23 de dezembro, que prevê que a avaliação do desempenho seja feita com base em parâmetros de resultados e de competências.

Os modelos de fichas de avaliação do desempenho de dirigentes intermédios e demais trabalhadores da Administração Pública, bem como as listas de competências e demais atos necessários à sua aplicação, adotados pelo Instituto, são os constam dos anexos da Portaria n.º 6/2016 de 27 de janeiro de 2016.

No Portal do Governo dos Açores, estão disponíveis para consulta e download, os documentos e Instrumentos de Apoio no sítio:

<https://sites01.azores.gov.pt/Paginas/SIADAPRA.html>

Formação

As necessidades de formação dos recursos humanos assentam em 2 grandes níveis: um de natureza geral e de atualização de conhecimentos e outro de natureza específica, relacionado com as áreas de negócio.

Para efeitos de formação corrente e de atualização, na Administração Regional é concebido um plano anual de formação dos trabalhadores, a que os elementos do Instituto têm acesso e são selecionados em função da articulação de proposta pessoal, com as orientações e necessidades do Instituto no âmbito das funções atribuídas.

Em relação às necessidades de formação específica, relacionada com as áreas de negócio o Instituto participa nas ações promovidas pelos organismos da Segurança Social, nomeadamente em plataforma e-learning.

Política de ética e conduta e conflito de interesses

O Código de Ética e de Conduta visa estabelecer os princípios, regras e valores a observar no cumprimento das atividades desenvolvidas pelos colaboradores do Instituto, independentemente da sua função, posição hierárquica ou vínculo.

O Código de Ética e de Conduta tem como objetivos:

- Enunciar os princípios deontológicos predominantes, tendo em conta o serviço prestado;
- Determinar as normas da conduta dos colaboradores do ISSA, IPRA, garantindo que estes as conhecem e agem em conformidade com os valores e princípios estabelecidos;
- Criar um documento de referência institucional que contribua para o reforço da melhoria do ambiente de trabalho, baseando-se na honestidade, no respeito, na integridade e na equidade;
- Esclarecer os conceitos éticos, para evitar interpretações subjetivas que possam surgir.

O código de ética e conduta foi aprovado pelo Conselho Diretivo do ISSA, IPRA e divulgado por todos os colaboradores através da Intranet.

Em caso de suspeitas de comportamentos e situações ilícitas, os colaboradores do ISSA, IPRA devem informar, por escrito, os superiores hierárquicos.

5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS

M -

O ISSA, IPRA encontra-se excecionado da aplicação do SNC-AP, relativamente ao exercício de 2022, ao abrigo do artigo 96.  do Decreto-Lei n.é 53/2022 de 12 de agosto e pelo disposto no n.  11 da Resolução do TdC n.  6/2022, apresentando os documentos de prestação de contas do ISSA, IPRA relativos ao exercício de 2022 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei n  12/2002, de 25 de janeiro, incluindo, para além daqueles os elementos adicionais, definidos pelo Tribunal de Contas na Instrução n 1/2004- 2  secção, publicada no Diário da república II série, de 14 de fevereiro de 2004.

Em 2023, o ISSA, IPRA passou aplicar SNC-AP, tendo efetuado simultaneamente alteração do sistema informático financeiro para o SAP4HANA.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2022 decorreram em tempo considerado oportuno, refletindo o esforço desenvolvido.

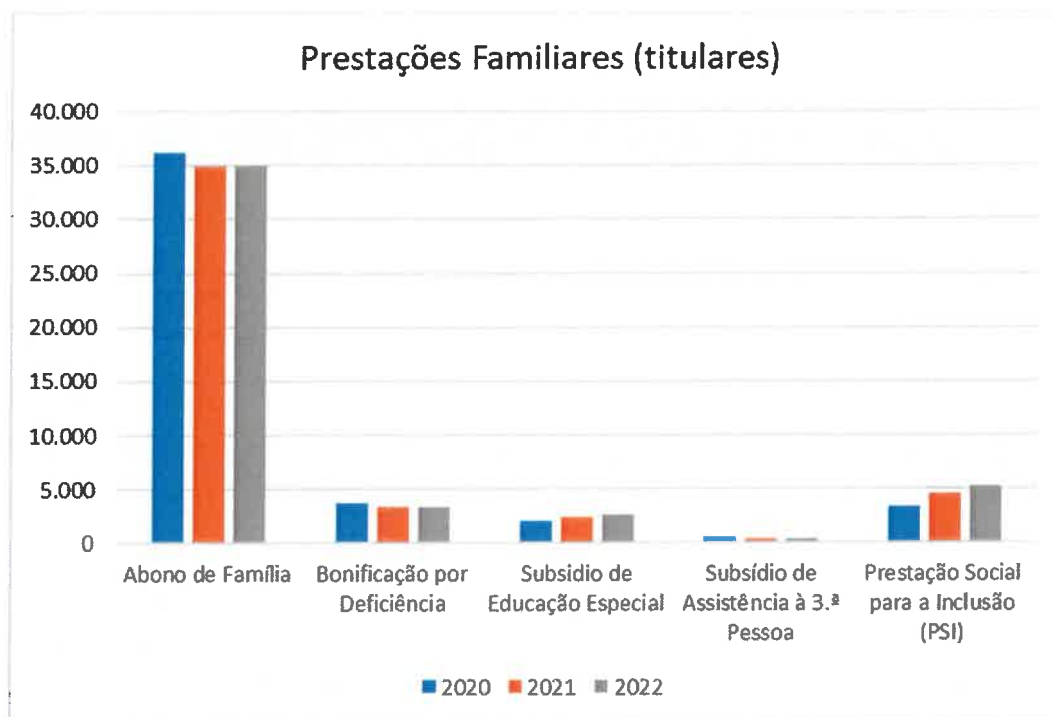
Nos fechos mensais dos períodos contabilísticos foram sempre cumpridos os prazos estabelecidos, garantindo desta forma a estabilidade na informação reportada.

6 - PRESTAÇÕES SOCIAIS

Síntese do número de beneficiários por tipo de prestação nos Açores 2020 – 2022

Prestações Sociais	2020	2021	2022
RSI - Rendimento Social de Inserção (Nº Beneficiários)	18.542	17.282	14.349
Prestações Familiares (titulares)			
Abono de Família	36.169	34.907	35.061
Bonificação por Deficiência	3.667	3.386	3.338
Subsídio de Educação Especial	2.056	2.363	2.627
Subsídio de Assistência à 3.ª Pessoa	463	448	435
Prestação Social para a Inclusão (PSI)	3.342	4.500	5.216
Garantia para a infância			4.653
ITPT-Indisponibilidade Temporária para o Trabalho (beneficiários)			
Subsídio de Doença	13.971	14.666	18.857
Subsídio de Risco Clínico - Gravidez	1.855	1.822	1.914
Subsídio Parental Inicial	3.972	3.654	3.778
Subsídio Social Parental Inicial	856	750	645
Subsídio de Assistência a Filho	1.851	866	1.309
Prestações de Desemprego (beneficiários)			
Subsídio de Desemprego	6.892	6.661	6.718
Subsídio Social de Desemprego	647	581	704
Subsídio Social de Desemprego Subsequente	2.822	1.684	2.000
Subsídio Desemprego Parcial	222	229	190
Complemento Solidário para Idosos - CSI	3.908	3.870	3.785

PRESTAÇÕES FAMILIARES:



Abono de família para crianças e jovens

O Abono de Família para Crianças e Jovens foi criado pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto¹. Trata-se de uma prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. O montante do abono de família para crianças e jovens é variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar em que se insere o titular do direito à prestação e da respetiva idade, de acordo com o estipulado pelo n.º 1 do art.º 14.º, do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, na sua versão atual.

As crianças e jovens têm direito a Abono até aos 16 anos, a partir desta idade só têm direito se estiverem a estudar e a frequentar determinados níveis de ensino.

Todas as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, que se encontrem a estudar e que estejam enquadradas no 1º escalão, recebem, no mês de setembro, o abono de família a dobrar (montante adicional).

¹ Na sua redação atual.

As crianças até aos 12 meses recebem um valor mais elevado e, nos agregados das famílias numerosas, com crianças entre os 12 meses e os 72 meses, os montantes mensais de abono são majorados.

As famílias monoparentais, em que a criança ou crianças vivem com um único adulto, têm direito a receber mais 35% de abono de família.

Bonificação por Deficiência

Criado pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio², a bonificação por deficiência é um acréscimo ao abono de família para crianças e jovens destina-se a compensar o acréscimo de encargos familiares decorrentes da situação de deficiência dos descendentes dos beneficiários, com idade igual ou inferior a 10 anos³, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que torne necessário o apoio pedagógico ou terapêutico. que é atribuído quando, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de estrutura ou função, psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica, a criança ou jovem necessite de apoio pedagógico ou terapêutico.

Mesmo que a família esteja no 4.º ou 5.º escalão e não receba valor de abono de família (tem de existir processo ativo), pode receber a bonificação por deficiência,

Montantes entre 2019* e 2022:

Grupos etários	Bonificação por deficiência	Bonificação por deficiência – agregado familiar monoparental
Até aos 14 anos	63,01 €	85,06 €
Dos 14 aos 18 anos	91,78 €	123,90 €
Dos 18 aos 24 anos	122,85 €	165,84€

Fonte: *Portaria n.º 276/2019, de 28 de agosto.

² Com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 341/99, de 25 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 250/2001, de 21 de setembro e Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97, de 30 de maio e respetiva legislação complementar.

³ Decreto-Lei n.º 136/2019, de 6 de setembro, que altera o artigo 7º do Decreto-Lei n.º 133-B/97.

⁴ Com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 341/99, de 25 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 250/2001, de 21 de setembro e Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97, de 30 de maio e respetiva legislação complementar.

Subsídio de Educação Especial

M - Criado pelo Decreto-Regulamentar n.º 3/2016, de 23 de agosto⁴, que estabelece o regime do subsídio de educação especial.

É um subsídio que reveste a natureza de uma comparticipação, destinado a crianças e jovens com deficiência permanente, de idade não superior a 24 anos, para assegurar a compensação de encargos resultantes da frequência de estabelecimentos adequados ou do apoio individual por técnico especializado.

No caso do apoio individual por técnico especializado o valor máximo mensal da comparticipação é, desde 2009, de 293,45€ (Portaria n.º 1388/2009, de 12 de novembro).

Subsídio de Assistência a 3.ª Pessoa

Este subsídio estava previsto no Decreto-Lei n.º 160/80, de 27 de maio⁵.

Estabelece um esquema de prestações de segurança social, dirigido aos nacionais residentes no país que não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social. Atualmente, está previsto no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, na sua versão atual- Regime jurídico das prestações familiares.

É uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, que tenham abono de família deferido (mesmo que seja a 0) com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de 3.ª pessoa.

O subsídio não é atribuído se a assistência permanente for prestada em estabelecimentos de saúde ou de apoio social, oficial ou particular sem fins lucrativos, financiados pelo Estado ou por outras pessoas coletivas de direito público ou de direito privado e de utilidade pública e não pode acumular com subsídio de educação especial. O montante do subsídio por assistência de 3.ª pessoa é de 110,41€ (alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 276/2019, de 28 de agosto).

⁴ Revogando os Decretos Regulamentares n.ºs 14/81, de 7 de abril e 19/98, de 14 de agosto.

⁵ Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 133-C/97, de 30 de maio, e respetiva legislação complementar.

Prestação Social para a inclusão

Criada pelo Decreto-Lei n.º 126-A/2017 na sua versão atual, é uma prestação em dinheiro paga mensalmente a pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, à data da apresentação do requerimento, devidamente instruído, com vista a promover a sua autonomia e inclusão social.

Esta prestação é composta por três componentes:

- Componente base;
- Complemento;
- Majoração.

A componente base da prestação destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da condição de deficiência e, além de ser atribuída a novos requerentes, vem substituir três prestações: subsídio mensal vitalício, pensão social de invalidez e pensão de invalidez dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas

O complemento da prestação, constitui um reforço do montante pago pela componente base, e tem como objetivo o combate à pobreza das pessoas com deficiência ou incapacidade que vivam sozinhas ou em agregados familiares com carência económica ou insuficiência de recursos.

A majoração da prestação destina-se a substituir as prestações que no anterior regime de proteção de deficiência se destinavam a compensar encargos específicos acrescidos resultantes da condição de deficiência e será regulamentada em legislação específica.

Garantia para a infância

A Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2022, procedeu à criação da Garantia para a Infância, tendo em vista apoiar as famílias com crianças e jovens com menos de 18 anos de idade.

A Garantia para a Infância é composta por três medidas que visam reforçar o apoio ao rendimento dessas famílias:

- a) Criação de uma prestação que complementa o abono de família;
- b) Aumento do valor do abono de família das crianças e jovens com idade inferior a 18 anos integrados nos primeiro e segundo escalões;
- c) Criação do Complemento Garantia para a Infância.

A Garantia para a Infância é uma prestação que complementa o abono de família e pretende assegurar a todas as crianças e jovens com menos de 18 anos, em risco de pobreza extrema, um montante anual global do abono de família de 1.200€, a implementar de forma faseada em 2022 e 2023, garantindo em 2022 o montante anual global de 840€ por criança ou jovem.

O aumento do valor do abono de família das crianças e jovens com idade inferior a 18 anos integrados nos primeiro e segundo escalões é implementado, igualmente, de forma faseada.

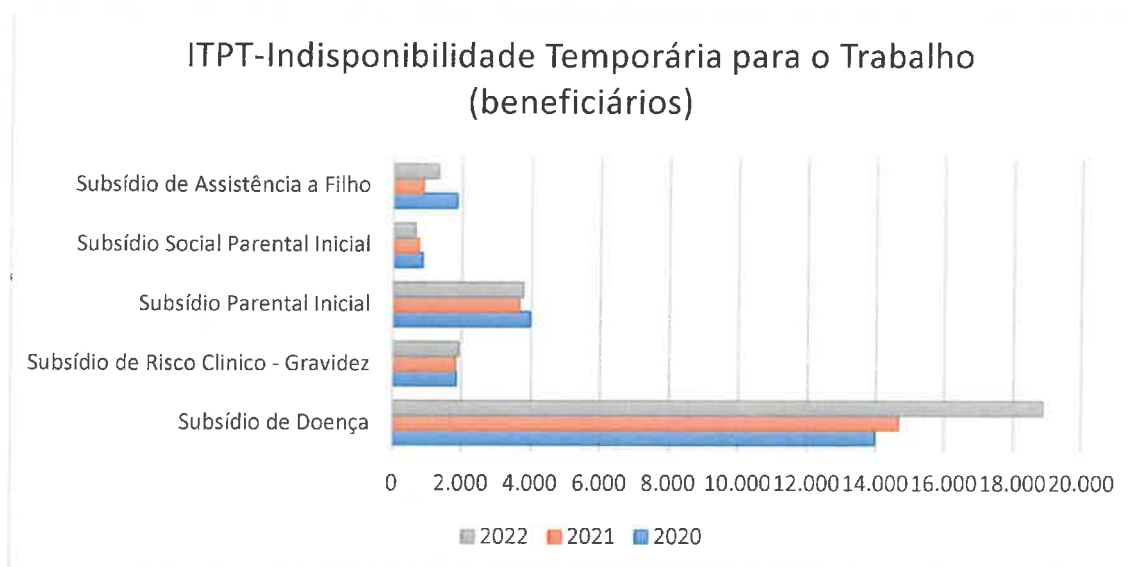
O pagamento da Garantia para a Infância foi iniciado em setembro com efeitos retroativos a julho de 2022.

Quadro – N.º de titulares da Garantia para a Infância em dezembro de 2022, por ilha

ILHA	N.º Titulares em 2022/12
GRACIOSA	75
FLORES	47
SANTA MARIA	76
SÃO JORGE	100
SÃO MIGUEL	3.210
CORVO	7
FAIAL	115
PICO	184
TERCEIRA	839

Fonte: SESS-WEB

Prestações de ITPT (Indisponibilidade Temporária para o Trabalho)



Subsídio de Doença

Criado pelo Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro⁶, é uma prestação atribuída ao beneficiário para compensar a perda de remuneração resultante do impedimento temporário para o trabalho, por motivo de doença.

Considera-se doença, toda a situação mórbida, evolutiva, não decorrente de causa profissional ou de ato da responsabilidade de terceiro pelo qual seja devida indemnização, que determine incapacidade para o trabalho.

Subsídio de Risco Clínico - Gravidez

Criado pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril⁷, este subsídio é um apoio em dinheiro concedido à mulher grávida, durante o tempo considerado necessário pelo médico, pelo período máximo de 300 dias, nas situações de risco para a saúde da mãe ou da criança (gravidez de risco).

⁶ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 146/2005, de 26 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 302/2009, de 22 de outubro, pela Lei n.º 28/2011, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 153/2019, de 17 de outubro e pela Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro.

⁷ Com as alterações resultantes do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, do Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, da Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro e do Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 de julho.

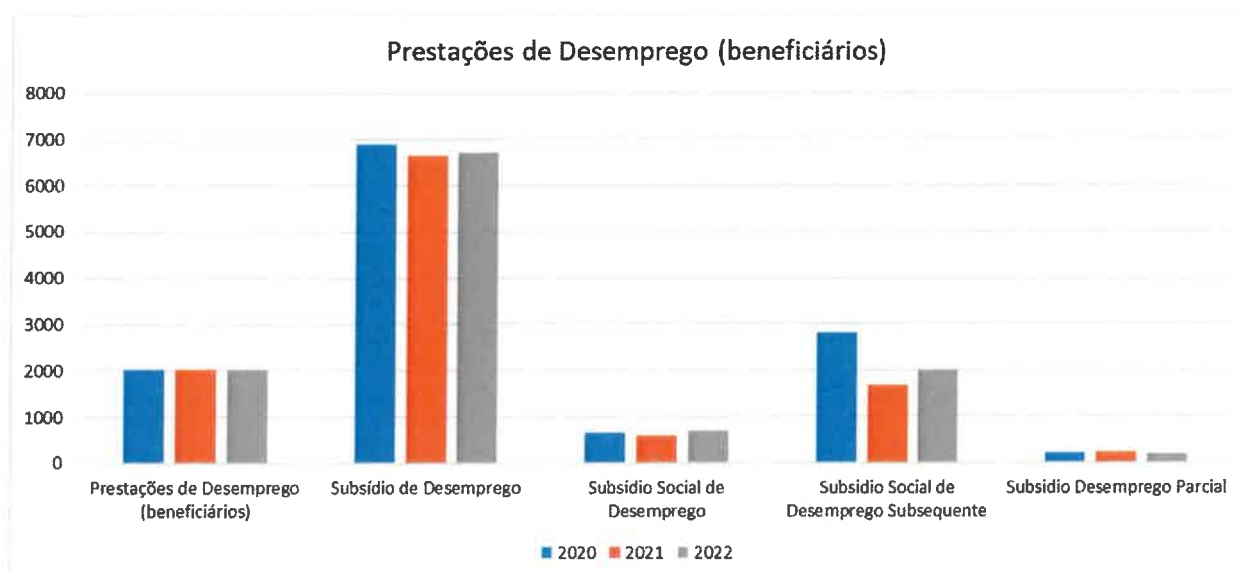
Subsídio Parental

O subsídio parental é um valor em dinheiro que é pago ao pai ou mãe ou a outros titulares do direito de parentalidade, que estão de licença (podem faltar ao trabalho) por nascimento de filho e destina-se a substituir os rendimentos de trabalho perdidos durante o período de licença.

Subsídio para assistência a Filho

É um apoio em dinheiro dado às pessoas que necessitam faltar ao trabalho para prestar assistência urgente e necessária aos filhos (biológicos, adotados ou do seu cônjuge), em caso de doença ou acidente. Aplica-se a filhos menores ou maiores. Sendo maiores têm de ser parte do agregado familiar do beneficiário. Aplica-se também aos filhos que, independentemente da idade, sejam deficientes ou doentes crónicos.

Prestações de Desemprego



Subsídio de Desemprego

Criado pelo Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro,⁸ o subsídio de desemprego é um valor em dinheiro que é pago em cada mês a quem perdeu o emprego de forma involuntária, e que se encontre inscrito para emprego no Centro de Emprego ou Serviço de Emprego dos Centros de Emprego e Formação Profissional.

O subsídio de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações de trabalho.

Subsídio Social de Desemprego

Criado pelo artigo 7.º, n.º 2, artigo 24.º e artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro⁹, o subsídio social de desemprego é um valor em dinheiro que é pago em cada mês a quem perdeu o emprego de forma involuntária e que se encontre inscrito para emprego no Serviço de Emprego.

O subsídio social de desemprego destina-se a compensar a perda das remunerações do trabalho.

Este subsídio é pago quando:

- Não estão reunidas as condições para receber o subsídio de desemprego (subsídio social de desemprego inicial) ou já recebeu todo o subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente);
- O rendimento mensal do agregado familiar, por pessoa, não ultrapassa 354,56€ (80% do IAS 2022 –Portaria n.º 294/2021, de 13 de dezembro).

⁸ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de março, pela Lei n.º 5/2010, de 5 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 34/2016, 24 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 53-A/2017, de 31 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 de julho.

⁹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de março, pela Lei n.º 5/2010, de 5 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 34/2016, 24 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 53-A/2017, de 31 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 de julho.

M.

Subsídio Social de Desemprego Subsequente

Criado pelo artigo 7.º, n.º 3 e artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro¹⁰, a atribuição do subsídio social de desemprego subsequente depende do beneficiário ter recebido todas as prestações de subsídio de desemprego a que tinha direito (ou seja é atribuído imediatamente a seguir ao subsídio social de desemprego), continuar desempregado e inscrito no Serviço de Emprego e na data em que terminou o subsídio de desemprego cumprir a condição de recursos, ou seja, os rendimentos mensais por pessoa do agregado familiar do requerente não podem ser superiores a 80% do indexante dos apoios sociais (IAS), que corresponde, em 2022, a 354,56€.

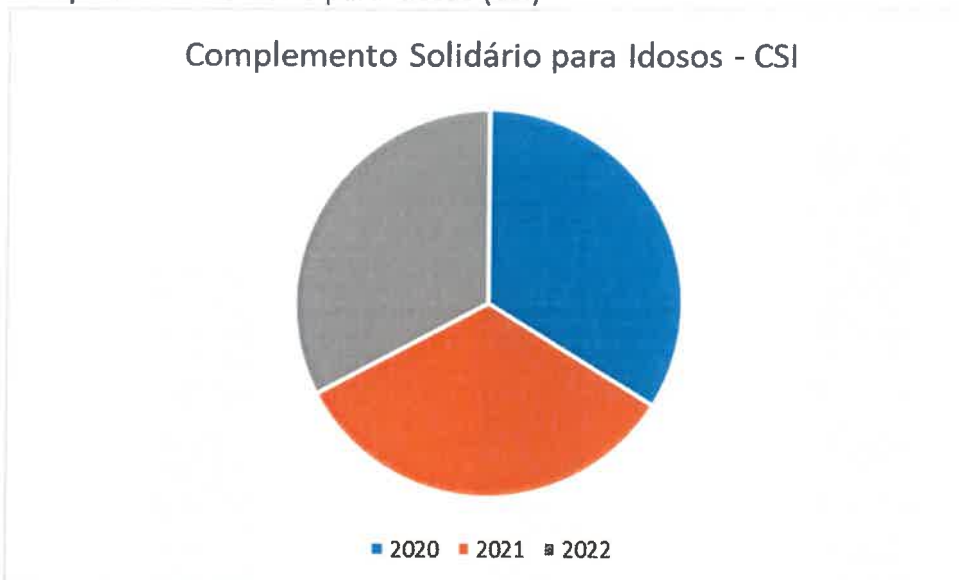
Subsídio de Desemprego Parcial

Criado pelo artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro¹¹, a atribuição do subsídio de desemprego parcial depende de o trabalhador reunir as condições para a atribuição do subsídio de desemprego ou estar a receber subsídio de desemprego e o valor da remuneração do trabalho a tempo parcial ou o rendimento relevante da atividade independente seja inferior ao valor do subsídio de desemprego.

¹⁰ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de março, pela Lei n.º 5/2010, de 5 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 34/2016, 24 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 53-A/2017, de 31 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 de julho.

¹¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20 de março, pela Lei n.º 5/2010, de 5 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 34/2016, 24 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 53-A/2017, de 31 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 de julho.

Complemento Solidário para Idosos (CSI)

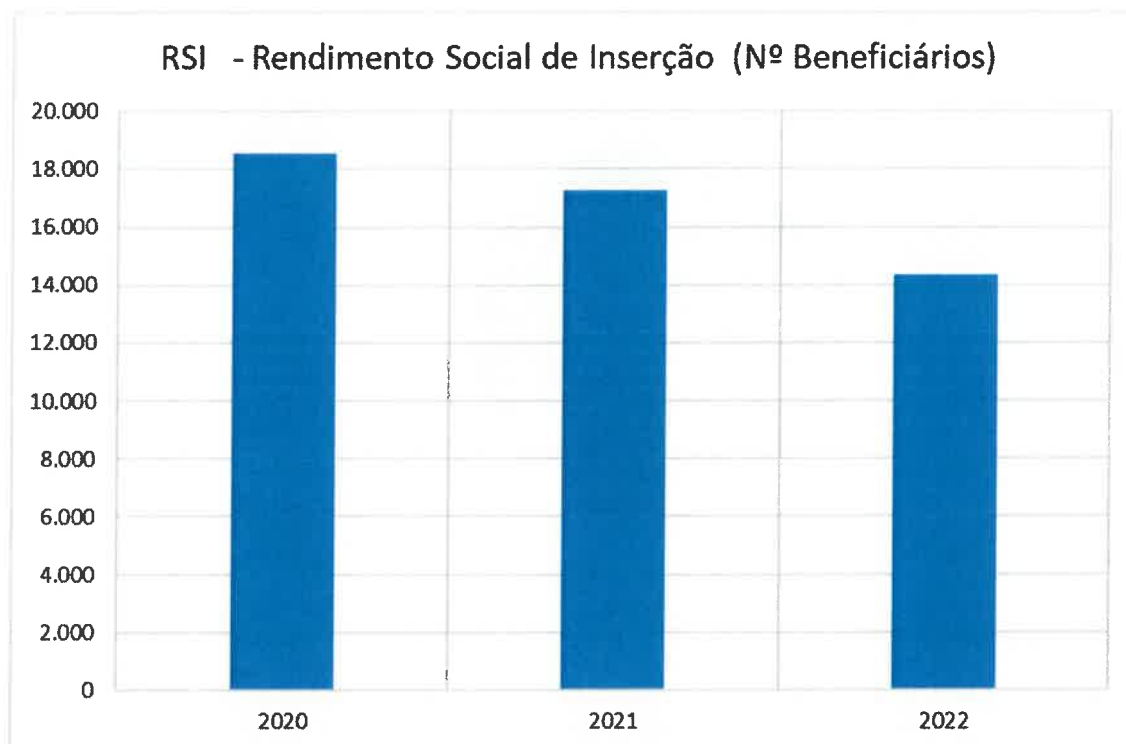


Criado pelo Decreto-Lei n.é 232/2005, de 29 de dezembro¹², é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos com baixos recursos. Podem requerer o complemento solidário para idosos (CSI) os titulares de pensões de invalidez, velhice e sobrevivência ou equiparadas de qualquer sistema de proteção social nacional ou estrangeiro, que residam legalmente em território nacional e satisfaçam as condições e ainda os cidadãos nacionais que não reúnam as condições de atribuição da pensão social por não preencherem a condição de recursos e os titulares de subsídio mensal vitalício desde que satisfaçam as condições de atribuição do CSI.

O valor de referência do CSI entre 2019 e 2022, se for casado ou unido de facto, este valor é de 9 202,60 euros por ano. No entanto, os seus recursos *per si* devem ser inferiores ou iguais a 5 258,63 euros por ano. Este é também o valor aplicável se não for casado nem viver em união de facto há mais de dois anos.

¹² Com as alterações resultantes do Decreto-Lei n.é 236/2006, de 11 de Dezembro, do Decreto-Lei n.é 151/2009, de 30 de Junho, do Decreto-Lei n.  167-E/2013, de 31 de Dezembro, com início de vigência a 1 de Janeiro de 2014, do Decreto-Lei n.  254-B/2015, de 31 de Dezembro, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2016, da Lei n.é 7-A/2016, de 30 de Março, conforme retificada pela Declaração de Retificação n.é 10/2016, de 25 de Maio, com início de vigência a 31 de Março de 2016, e pelo Decreto-Lei n.é 126-A/2017, de 6 de Outubro, com início de vigência em 1 de Outubro de 2018 e produção de efeitos nos termos a definir por decreto regulamentar.

M-



Criado pela Lei n.º 13/2003¹³, de 21 de maio, o rendimento social de inserção consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária. É uma prestação pecuniária de natureza transitória, variável em função do rendimento e da composição do agregado familiar do requerente e calculada por aplicação de uma escala de equivalência ao valor do rendimento social de inserção.

A Portaria 22/2019, de 17 de janeiro, procedeu à atualização do valor do rendimento social de inserção no ano de 2019, passando para 189,66 €, correspondente a 43,525 % do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). Deste modo o titular da prestação recebe o montante de 189,66€, cada maior recebe 132,76€ e cada menor 94,83€.

¹³ Com as alterações resultantes da [Lei n.º 100/2019, de 06/09](#) do [DL n.º 84/2019, de 28/06](#), do [DL n.º 126-A/2017, de 06/10](#), do [DL n.º 90/2017, de 28/07](#), do [DL n.º 1/2016, de 06/01](#), do [DL n.º 133/2012, de 27/06](#), do [DL n.º 70/2010, de 16/06](#), da [Lei n.º 45/2005, de 29/08](#).

Pensões

No triénio 2020/2022, foram efetuadas alterações no sistema de pensões e complementos regionais que permitiram uma completa desmaterialização do processo de atribuição destas prestações, desde o seu pedido até à atribuição, quer para os beneficiários quer para a instituição.

Nas pensões, iniciou-se o processo transferência do pedido, análise, cálculo e deferimento, para a plataforma da segurança social direta, no novo sistema de cálculo - Novo SIP.

Esta inovação permite que os pedidos de pensão sejam efetuados pelos requerentes diretamente na internet no site da segurança social direta, dispensando qualquer entrega de formulários ou comprovativos em formato de papel. Além disso, permite aos interessados acompanhar o ponto de situação do processo, nas por consulta do pedido na Segurança Social Direta.



7 – ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

7.1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

M.

Neste ponto são apresentadas, em síntese, as alterações registadas até 31 de dezembro de 2022, às previsões de receita e às dotações de despesa do Orçamento da Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, estando as respetivas normas de execução orçamental estabelecidas no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

No decurso de 2022 foram efetuadas 110 alterações orçamentais, no âmbito do Orçamento da Segurança Social e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Nos quadros seguintes estão sintetizadas as alterações aprovadas relativamente ao orçamento inicial, bem como, a evolução que o OSS corrigido foi assumindo ao longo do exercício.

Quadro 3 – Orçamento Receita Global – por classificação económica

Unidade €

Económica/Conta	Descrição	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Créditos Especiais Corrigidos	Reforços	Anulações	
R	Receitas	310.606.865,00	0,00	180.376.971,00	100.383.540,00	390.600.296,00
R.03	Cont.SS.CGA.ADSE	281.622.500,00	0,00	168.509.251,00	100.000.000,00	350.131.751,00
R.03.01	Sistema Previdencial	281.615.000,00	0,00	168.509.251,00	100.000.000,00	350.124.251,00
R.03.01.01	Quotiz trabalhadores	16.615.000,00	0,00	102.333.251,00	0,00	118.948.251,00
R.03.01.01.01	Cotizações Trabalh.	16.615.000,00	0,00	102.333.251,00	0,00	118.948.251,00
R.03.01.02	Contribuições	265.000.000,00	0,00	66.176.000,00	100.000.000,00	231.176.000,00
R.03.01.02.01	Contrib.s/Rend.Trab.	265.000.000,00	0,00	66.176.000,00	100.000.000,00	231.176.000,00
R.03.02	Reg.comp.especiais	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
R.03.02.01	Reg.especiais	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
R.03.02.01.99	Outros reg.especiais	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
R.04	Taxas multas penal.	1.485.000,00	0,00	20.625,00	125,00	1.505.500,00
R.04.01	Taxas	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
R.04.01.01	Taxas justiça	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
R.04.02	Multas outras penal.	1.320.000,00	0,00	20.625,00	125,00	1.340.500,00
R.04.02.01	Juros de mora	1.200.000,00	0,00	1.600,00	25,00	1.201.575,00
R.04.02.01.01	Contribuições	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
R.04.02.01.99	Outros	0,00	0,00	1.600,00	25,00	1.575,00
R.04.02.04	Coimas contra orden.	120.000,00	0,00	19.025,00	100,00	138.925,00
R.05	Rendim.da propried.	110.500,00	0,00	0,00	0,00	110.500,00
R.05.02	Juros-Soc.financ.	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
R.05.02.01	Bancos e Inst. Fin.	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
R.05.02.01.13	Depósitos a prazo	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
R.05.02.01.13.99	Outros	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
R.05.10	Rendas	25.500,00	0,00	0,00	0,00	25.500,00
R.05.10.03	Habitações	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
R.05.10.03.02	Outras Entidades	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
R.05.10.04	Edifícios	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
R.05.10.04.02	Outras Entidades	13.500,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
R.06	Transf.correntes	1.457.000,00	0,00	559.000,00	10.000,00	2.006.000,00
R.06.04	Admin.Regional	557.000,00	0,00	0,00	10.000,00	547.000,00
R.06.04.01	Região Aut.Açores	557.000,00	0,00	0,00	10.000,00	547.000,00
R.06.06	Segurança Social	900.000,00	0,00	559.000,00	0,00	1.459.000,00
R.06.06.01	Sistema SolSegSocial	150.000,00	0,00	559.000,00	0,00	709.000,00
R.06.06.01.01	IGFSS	0,00	0,00	550.000,00	0,00	550.000,00
R.06.06.01.05	Outras Inst.Seg.Soc.	150.000,00	0,00	9.000,00	0,00	159.000,00
R.06.06.02	Partic.Port.pr.cofin	750.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
R.06.06.02.01	IGFSS	750.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
R.06.06.02.01.01	Proj. c/sup. OSS	750.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
R.07	Venda bens serv.corr	30.000,00	0,00	1.000,00	18.215,00	12.785,00
R.07.02	Serviços	30.000,00	0,00	1.000,00	18.215,00	12.785,00
R.07.02.99	Outros	30.000,00	0,00	1.000,00	18.215,00	12.785,00
R.07.02.99.01	Compart.Acção Social	30.000,00	0,00	0,00	18.215,00	11.785,00
R.07.02.99.02	Outros Provéitos	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
R.08	Outras receit.corr.	2.062.500,00	0,00	2.615,00	0,00	2.065.115,00
R.08.01	Outras	62.500,00	0,00	2.615,00	0,00	65.115,00
R.08.01.01	Pré.tx.gar.ris.dif.C	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
R.08.01.99	Outras	57.000,00	0,00	2.615,00	0,00	59.615,00
R.08.02	Subsídios	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
R.08.02.09	Segurança social	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
R.08.02.09.03	C/Comun - FEAC	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
R.09	Venda bens invest.	140.000,00	0,00	321.100,00	100,00	461.000,00
R.09.01	Terrenos	40.000,00	0,00	321.000,00	0,00	361.000,00
R.09.01.01	Soc.quase soc.n.fin	0,00	0,00	321.000,00	0,00	321.000,00
R.09.01.10	Famílias	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
R.09.02	Habitações	100.000,00	0,00	0,00	100,00	99.900,00
R.09.02.10	Famílias	100.000,00	0,00	0,00	100,00	99.900,00
R.09.04	Outros bens inv.	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
R.09.04.01	Soc.quase soc.n.fin	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
R.10	Transferên.capital	14.676.865,00	0,00	7.850.000,00	0,00	22.526.865,00
R.10.04	Administ.regional	14.676.865,00	0,00	7.850.000,00	0,00	22.526.865,00
R.10.04.01	Reg.autónoma Açores	14.676.865,00	0,00	7.850.000,00	0,00	22.526.865,00
R.13	Out.receitas capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
R.13.01	Outras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
R.13.01.99	Outras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
R.15	Rep.não abat.pagam	9.021.500,00	0,00	10.000,00	4.400,00	9.027.100,00
R.15.01	Rep.não abat.pagam	9.021.500,00	0,00	10.000,00	4.400,00	9.027.100,00
R.15.01.01	Rep.não abat.pagam	9.021.500,00	0,00	10.000,00	4.400,00	9.027.100,00
R.16	Saldo.gerenc.anterior	0,00	0,00	3.103.380,00	350.700,00	2.752.680,00
R.16.01	Saldo orçamental	0,00	0,00	3.103.380,00	350.700,00	2.752.680,00
R.16.01.01	Na posse serviço	0,00	0,00	3.103.380,00	350.700,00	2.752.680,00
R.16.01.01.01	C/ aplicação despesa	0,00	0,00	3.103.380,00	350.700,00	2.752.680,00

Da análise efetuada ao quadro anterior pode-se observar que o orçamento inicial aprovado registou um aumento em 26%, na ordem dos 79.993.431,00€, originando um valor global das previsões corrigidas da receita em 2022 que atingiu os 390.600.296€.

As receitas correntes apresentam em grande parte a variação, justificada pela rubrica orçamental de contribuições à Segurança Social:

Económica/Conta	Descrição	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Créditos Especiais Corrigidos	Reforços	Anulações	
R.03	Cont.SS.CGA.ADSE	281.622.500,00	0,00	168.509.251,00	100.000.000,00	350.131.751,00

Relativamente às alterações orçamentais das despesas, apresenta-se em seguida o quadro que contempla as dotações iniciais de 2022, os créditos especiais, as anulações e reforço ocorridos até 31 de dezembro de 2022 e as dotações corrigidas a 31 de dezembro de 2022.

Quadro 4 – Orçamento Despesa Global – por classificação económica

Económica/Conta	Descrição	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais				Dotações Corrigidas
			Reforços	Anulações	Créditos Especiais	Rep. Abat. pag.	
D	Despesas	310.606.865,00	131.551.886,00	51.558.455,00	0,00	2.656.083,07	390.600.296,00
D.01	Despesas com pessoal	15.885.329,00	493.255,00	560.100,00	0,00	1.241,81	15.818.484,00
D.02	Aquis. bens e serv.	4.618.056,00	1.961.973,00	279.433,00	0,00	4.869,02	6.300.596,00
D.03	Juros e out. encarg.	105.000,00	21.000,00	18.000,00	0,00	295,08	108.000,00
D.04	Transferên. correntes	285.772.480,00	128.385.557,00	49.482.321,00	0,00	2.649.677,16	364.675.716,00
D.05	Subsídios	950.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	350.000,00
D.06	Outr. desp. correntes	760.000,00	500,00	250.000,00	0,00	0,00	510.500,00
D.07	Aq. Bens de Capital	1.776.000,00	368.601,00	368.601,00	0,00	0,00	1.776.000,00
D.08	Transfer. de capital	740.000,00	321.000,00	0,00	0,00	0,00	1.061.000,00

A rubrica D.04 – Transferências Correntes foi a que obteve um maior reforço, registando um aumento de 28% face à dotação inicial, devido sobretudo ao acréscimo verificado nas transferências para as IPSS'S e Famílias.

Econ�mica/Conta	Descrição	Dotac�es Iniciais	Alterac�es Orçamentais				Dotac�es Corrigidas
			Reforços	Anulações	Créditos Especiais	Rep. Abat. pag.	
D.04	Transferên. correntes	285.772.480,00	128.985.557,00	49.482.321,00	0,00	2.649.677,16	364.675.716,00
D.04.03	Administra�� Central	1.900.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	1.885.000,00
D.04.03.05	Serviços e Fundos Au	1.900.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	1.885.000,00
D.04.03.05.03	CGA-P�ns. Unificadas	1.900.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	1.885.000,00
D.04.04	Administra�� Regional	10.716.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.716.964,00
D.04.04.01	Regi�o Auton. Açores	10.716.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.716.964,00
D.04.04.01.02	Transp. f. profiss�on	10.716.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.716.964,00
D.04.06	Segurança Social	28.565.651,00	59.513.125,00	24.291.057,00	0,00	598,49	63.787.719,00
D.04.06.00	Segurança Social	28.565.651,00	59.513.125,00	24.291.057,00	0,00	598,49	63.787.719,00
D.04.06.00.01	Inst. Gest. Fin. S.S.	28.565.651,00	59.428.125,00	24.291.057,00	0,00	0,00	63.702.719,00
D.04.06.00.02	Outras Inst. S.S.	0,00	85.000,00	0,00	0,00	598,49	85.000,00
D.04.06.00.02.09	Outras Presta��es	0,00	0,00	0,00	0,00	598,49	0,00
D.04.07	Inst. s/ fins lucrativ	82.916.000,00	17.689.237,00	2.433.762,00	0,00	151.750,20	98.171.475,00
D.04.07.02	Inst. f. l. - Subs. S. - RS	2.356.000,00	100.000,00	302.000,00	0,00	0,00	2.154.000,00
D.04.07.02.02	RMG/RSI - CLA's/NLI	2.356.000,00	100.000,00	302.000,00	0,00	0,00	2.154.000,00
D.04.07.03	Inst. f. l. - Subs�s. A. Soc	80.560.000,00	17.589.237,00	2.131.762,00	0,00	151.750,20	96.017.475,00
D.04.07.03.01	IPSS e ONGS-Ac. coop	78.470.000,00	17.077.437,00	2.062.539,00	0,00	151.750,20	93.484.898,00
D.04.07.03.01.01	Toxicodepend�ncia	405.000,00	7.100,00	147.505,00	0,00	13.934,03	264.595,00
D.04.07.03.01.03	Resp. integr�rtic.	265.000,00	19.000,00	25.111,00	0,00	0,07	258.889,00
D.04.07.03.01.04	Edu. pr�-esc. Act. edu	5.700.000,00	546.900,00	856.413,00	0,00	0,00	5.890.487,00
D.04.07.03.01.99	Outros	72.100.000,00	16.504.437,00	1.533.510,00	0,00	137.816,10	87.070.927,00
D.04.07.03.02	Programa e Projectos	2.090.000,00	511.800,00	69.223,00	0,00	0,00	2.532.577,00
D.04.07.03.02.06	Pg. Acolh. Crian. Risco	550.000,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	551.600,00
D.04.07.03.02.09	EMERGÊNCIA SOCIAL	520.000,00	332.550,00	10.600,00	0,00	0,00	841.950,00
D.04.07.03.02.13	Rede CCI-Jogos Sociais	750.000,00	164.900,00	0,00	0,00	0,00	914.900,00
D.04.07.03.02.25	Prog Emer Alim.entar	210.000,00	12.750,00	58.623,00	0,00	0,00	164.127,00
D.04.07.03.02.99	Outros programas	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
D.04.08	F�m�lias	161.673.865,00	51.183.195,00	22.742.502,00	0,00	2.497.328,47	190.114.558,00
D.04.08.02	Outras	175.000,00	0,00	0,00	0,00	320,95	175.000,00
D.04.08.02.01	Est�gios profiss�on	175.000,00	0,00	0,00	0,00	320,95	175.000,00
D.04.08.03	Subs. Solid.-Reg. Soc.	34.692.000,00	18.899.301,00	8.273.076,00	0,00	331.084,71	45.318.225,00
D.04.08.03.01	R. Solidariedade-RNC	24.819.000,00	434.210,00	6.957.076,00	0,00	222.561,14	18.296.134,00
D.04.08.03.01.01	RMG/RSI	21.000.000,00	0,00	6.798.000,00	0,00	184.479,83	14.202.000,00
D.04.08.03.01.02	Complementos doença	39.000,00	0,00	5.520,00	0,00	748,46	33.080,00
D.04.08.03.01.03	Complementos desemp.	510.000,00	0,00	37.000,00	0,00	11.066,96	473.000,00
D.04.08.03.01.11	Compl. Maternidade	170.000,00	8.210,00	52.000,00	0,00	6.811,50	126.210,00
D.04.08.03.01.20	Complemento PSI	3.100.000,00	426.000,00	64.156,00	0,00	19.454,39	3.461.844,00
D.04.08.03.03	Reg. Esp. S. S. Ac. Agric	417.000,00	0,00	45.000,00	0,00	2.566,70	372.000,00
D.04.08.03.03.01	P�ns�o - Invalidez	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
D.04.08.03.03.02	P�ns�o - Velhice	400.000,00	0,00	40.000,00	0,00	2.566,70	360.000,00
D.04.08.03.03.03	P�ns�o-Sobreviv�ncia	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
D.04.08.03.13	Sub. Social Desempreg	5.700.000,00	1.208.000,00	135.000,00	0,00	91.406,86	6.773.000,00
D.04.08.03.13	Sub. Soc. Maternidade	800.000,00	42.000,00	157.000,00	0,00	3.394,03	685.000,00
D.04.08.03.14	Sub. Soc. Des. Sal. Atr.	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
D.04.08.03.18	Compl. estab. layoff	0,00	12.200,00	0,00	0,00	413,43	12.200,00
D.04.08.03.19	Apoio Extr. Prot. Soc.	0,00	10.700,00	8.000,00	0,00	0,00	2.700,00
D.04.08.03.20	Apoio Extr. Rend. Trab	0,00	1.500.000,00	940.000,00	0,00	0,00	560.000,00
D.04.08.03.21	Majoração Apoio Extr	0,00	100.000,00	20.000,00	0,00	2.877,80	80.000,00
D.04.08.03.22	Subsídio reestrutura	0,00	6.000,00	2.000,00	0,00	0,00	4.000,00
D.04.08.03.23	Apoio Ext. Fam. Vulner	0,00	9.998.760,00	0,00	0,00	780,00	9.998.760,00
D.04.08.03.25	Apoio ext. rend. prest	0,00	2.928.100,00	0,00	0,00	3.462,93	2.928.100,00
D.04.08.03.26	Apoio ext. dependente	0,00	438.900,00	0,00	0,00	0,00	438.900,00
D.04.08.03.40	COMPAMID	2.950.000,00	2.270.431,00	3.000,00	0,00	3.621,82	5.167.431,00
D.04.08.04	SubSistema Ac. Social	6.805.865,00	1.882.307,00	840.938,00	0,00	16.016,17	7.847.234,00
D.04.08.04.01	Regime Apoio Social	6.805.865,00	1.882.307,00	840.938,00	0,00	16.016,17	7.847.234,00
D.04.08.04.01.02	Subs�d. F�m�l. Acolh.	130.000,00	71.750,00	5.000,00	0,00	0,00	196.750,00
D.04.08.04.01.03	Sub. ev. fam. carência	2.925.000,00	628.037,00	171.000,00	0,00	8.812,55	3.382.037,00
D.04.08.04.01.12	Prev. reabil.-Aj. t�c.	17.000,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	1.000,00
D.04.08.04.01.14	Ac. acolh. ap. domic�l.	1.316.365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.316.365,00
D.04.08.04.01.23	P. A. Melo Nat. Vida	130.000,00	0,00	48.938,00	0,00	0,00	81.062,00
D.04.08.04.01.29	Comp. Esp. Doent. Oncol	600.000,00	175.370,00	0,00	0,00	6.923,62	775.370,00
D.04.08.04.01.99	Outras	1.687.500,00	1.007.150,00	600.000,00	0,00	280,00	2.094.650,00
D.04.08.05	Sub. Pro. Fam.-Enc. Fam	25.545.000,00	6.736.360,00	1.923.890,00	0,00	239.286,87	30.357.470,00
D.04.08.05.01	Regimes de S. Social	25.545.000,00	6.736.360,00	1.923.890,00	0,00	239.286,87	30.357.470,00
D.04.08.05.01.01	Abono de f�m�lia-13	25.230.000,00	4.766.000,00	896.490,00	0,00	237.498,32	29.099.510,00
D.04.08.05.01.02	Subsídio Funeral	115.000,00	0,00	3.400,00	0,00	0,00	111.600,00
D.04.08.05.01.10	Apoio exc � F�m�lia	200.000,00	1.200.000,00	1.024.000,00	0,00	1.271,55	376.000,00
D.04.08.05.01.11	Garantia Infância	0,00	770.360,00	0,00	0,00	517,00	770.360,00
D.04.08.06	Sub. Pro. Fam.-Defic.	21.555.000,00	4.000,00	891.600,00	0,00	48.958,74	20.667.400,00
D.04.08.06.01	Regimes de S. Social	21.555.000,00	4.000,00	891.600,00	0,00	48.958,74	20.667.400,00
D.04.08.06.01.01	Bonif. def. cr. jovens	3.600.000,00	0,00	114.000,00	0,00	19.489,33	3.486.000,00
D.04.08.06.01.02	Subs. educ. especial	4.800.000,00	0,00	123.000,00	0,00	5.008,41	4.677.000,00
D.04.08.06.01.03	Subs. 3� pess.-cr. jov.	550.000,00	0,00	19.000,00	0,00	1.767,38	531.000,00
D.04.08.06.01.04	Subs. 3� pess.-A adultos	105.000,00	0,00	8.800,00	0,00	110,41	96.200,00
D.04.08.06.01.05	Subs. vit. com. ext. vit	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
D.04.08.06.01.06	PSI-Pr�st. Social p/In	12.500.000,00	0,00	626.800,00	0,00	22.589,21	11.873.200,00
D.04.08.08	S. Prev. Pol. Ac. EFP	3.400.000,00	0,00	2.800.000,00	0,00	28.243,81	600.000,00
D.04.08.08.01	Pol. ac. emp. for. prof.	3.400.000,00	0,00	2.800.000,00	0,00	28.243,81	600.000,00
D.04.08.08.01.02	Compens. salarial	3400000	0	2800000	0	28243,81	600000
D.04.08.09	Sistema previd�ncial	69.461.000,00	23.661.227,00	8.009.698,00	0,00	1.833.326,02	85.112.529,00
D.04.08.09.01	Reg. Geral Seg. Social	69.461.000,00	23.661.227,00	8.009.698,00	0,00	1.833.326,02	85.112.529,00
D.04.08.09.01.01	Subs. Doença	27000000	3656180	0	0	400750,39	30656180
D.04.08.09.01.02	Subs. tuberculose	60.000,00	182.000,00	43.313,00	0,00	63.831,09	198.687,00
D.04.08.09.01.03	Prest. parentalidade	18000000	1733000	200000	0	473274,96	19533000
D.04.08.09.01.05	Sub. des. des. prov. maj	24.000.000,00	8.003.000,00	2.683.500,00	0,00	890.183,44	29.319.500,00
D.04.08.09.01.13	Sub. desemp. sal. atraz	200.000,00	0,00	141.685,00	0,00	0,00	58.315,00
D.04.08.09.01.20	Apoio Fin/Oferta Emp	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
D.04.08.09.01.28	Apoio ext red ateco	100.000,00	500.000,00	438.900,00	0,00	0,00	161.100,00
D.04.08.09.01.29	Isolam profilático	0,00	3.682.697,00	0,00	0,00	0,00	3.682.697,00
D.04.08.09.01.30	Sub assis filho neto	0,00	385.100,00	0,00	0,00	0,00	385.100,00
D.04.08.09.01.31	Lay-off (COVID)	100.000,00	517.250,00	402.300,00	0,00	0,00	214.950,00
D.04.08.09.01.32	Inc Atv Profissional	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
D.04.08.09.01.33	Apoio Desp Sec Ti	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
D.04.08.09.01.34	Apoio Retoma Atv. vida	0,00	5.000.000,00	4.100.000,00	0,00	5.286,14	900.000,00
D.04.08.10	Regimes Especiais	40.000,00	0,00	3.300,00	0,00	91,20	36.700,00
D.04.08.10.02	Subsídio de Lar	40.000,00	0,00	3.300,00	0,00	91,20	36.700,00

Quadro 4.1 – Alterações Orçamentais – Despesa – D.04

Unidade  

7.2 - RECEITAS

Análise evolutiva da receita 2020 a 2022

Descrição	2020	2021	%	2022	%
Contribuições cotizações	300.937.080,77 €	328.633.590,92 €	9,20%	364.288.599,14 €	10,85%
Rendimentos de propriedade	133.151,54 €	109.560,23 €	-17,72%	80.223,17 €	-26,78%
Outras receitas	6.983.173,63 €	10.745.916,57 €	53,88%	7.476.127,66 €	-30,43%
TRF ORAA	12.744.779,93 €	18.546.100,00 €	45,52%	20.492.940,00 €	10,50%
TOTAL	320.798.185,87 €	358.035.167,72 €	11,61%	392.337.889,97 €	9,58%

Quadro 5 - Análise evolutiva da receita 2020 a 2022

Receita por Classificação Económica

Quadro 6 - Decomposição da receita arrecadada por grandes rubricas de classificação económica

Capítulo	Receitas	Orçamento revisto	Execução orçamental	Peso relativo de cada rubrica		Grau de Execução Orçamental	Desvio Orçamental	
				No total do Orçamento	No total da Receita Efetiva		Exec. Orç. - OSS Revisto	Valor %
	Receitas Correntes	356.198.651,00 €	368.070.222,36 €	91%	94%	103%	11.871.571,36 €	3%
3	Contribuições para a Seguranga Social	346.559.818,00 €	360.160.525,86 €	89%	92%	104%	13.600.707,86 €	4%
4	Taxas, multas e outras penalidades	1.505.500,00 €	1.996.332,69 €	0%	1%	133%	490.832,69 €	33%
5	Rendimentos da propriedade	110.500,00 €	80.223,17 €	0%	0%	73%	-30.276,83 €	-27%
6	Transferências correntes	5.944.933,00 €	4.669.244,06 €	2%	1%	79%	-1.275.688,94 €	-21%
7	Vendas de bens e serviços correntes	12.785,00 €	73.850,34 €	0%	0%	578%	61.065,34 €	478%
8	Outras receitas de capital	2.065.115,00 €	1.090.046,24 €	1%	0%	53%	-975.068,76 €	-47%
	Receitas de Capital	22.987.865,00 €	17.523.360,00 €	6%	4%	76%	-5.464.505,00 €	-24%
9	Soc. quase soc. n. fin.	461.000,00 €	321.100,00 €	0%	0%	70%	-139.900,00 €	-30%
10	Transferência de capital	22.526.865,00 €	17.202.260,00 €	6%	4%	76%	-5.324.605,00 €	-24%
	Outras Receitas	11.780.780,00 €	6.744.307,61 €	3%	2%	57%	-5.036.472,39 €	-43%
13	Out. receitas capital	1.000,00 €	0,00 €	0%	0%	0%	-1.000,00 €	-100%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	9.027.100,00 €	3.991.627,61 €	2%	1%	44%	-5.035.472,39 €	-56%
16	Saldo gerência anterior integrado	2.752.680,00 €	2.752.680,00 €	1%	1%	100%	0,00 €	0%
	Receita Total do Sistema	390.967.296,00 €	392.337.889,97 €	100%	100%	100%	1.370.593,97 €	0%

Quadro 6 – Receita – por classificação económica

A receita total arrecadada pelo Sistema de Seguranga Social, no decurso do ano económico de 2022, foi de 392.337.889,97€. O grau de execução orçamental da receita total foi de 100%.

6.2.1 Contribuições e cotizações

A receita cobrada em contribuições pelo ISSA, IPRA evidenciou, entre janeiro e dezembro de 2022, um aumento de 9,77% face a 2021, atingindo um total de 360.160.525,86€. O crescimento da receita em causa foi, em termos absolutos, de 32.069.772,63€, com origem no aumento do salário mínimo nacional e na regularização de dividas à seguranga social para efeitos de obtenção dos apoios no âmbito COVID.

6.2.2 Rendimentos de propriedade

Em 2019, foram efetuadas 342 e vencidas 333 aplicações. Em 2020, constituíram-se 160 aplicações e venceram 184. Em 2021, constituíram-se 176 aplicações e registaram-se 190 vencidas. Em 2022, foram constituídas 144 aplicações e vencidas 141.

Evidenciam-se nos seguintes gráficos a informação relativamente às aplicações financeiras em DP no período 2019 a 2022:

Gráfico 1 - Aplicações em DP



m. No período de 2019 a 2022 o montante aplicado sofreu variações, tendo decrescido em 2020 face a 2019, como em 2021 subiu face a 2019. No ano de 2022, o montante aplicado foi inferior ao ano transato.

Na sequência da diminuição do valor total entre 2021 e 2022 o rendimento obtido decresceu 33%, como consequência da queda das taxas de juro.

6.2.3 Outras Receitas

Nesta rubrica, em 2022, encontra-se registado o valor de 7.472.956,88€, refletindo um decréscimo de 30,46% em relação ao exercício de 2021, cuja receita se havia situado em 10.745.916,57€.

Taxas, Multas e Penalidades

Nos termos do DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, incluem-se neste capítulo taxas, onde se incluem os pagamentos em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados.

No grupo das multas e outras penalidades engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

No ISSA, IPRA, são parte essencial desta rubrica os juros de mora de contribuições que em 2022, ascenderam a 1.996.332,69€.

Venda de Bens e Serviços

Neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviço.

A receita cobrada em 2022 e registada na rubrica R.07.02, totalizou 73.850,34€.

Reposições Não Abatidas Aos Pagamentos (Rnap's)

No capítulo das reposições não abatidas nos pagamentos estão inscritas as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar antes do encerramento do ano financeiro estamos perante reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correções da dotação utilizada e do respetivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental.

As RNAP's, atingiram em 2022, o montante de 3.991.627,61€, estas dizem respeito fundamentalmente à recuperação de valores pagos em anos anteriores.

7.3 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NO TRIÉNIO 2020 a 2022

Análise Evolutiva da despesa 2020 a 2022

Unidade: Euros

Subsistema	Descrição	2020	2021	2022	Var 21/22
Ação Social	Transferências Subsídios de Capital-IPSS	651.321,71	414.404,62	583.600,90	40,83%
	Com.Prot.Cr.Jov.Risc	540.196,42	569.725,34	551.221,71	-3,25%
	Acordos de cooperação - Programas	926.965,89	266.193,22	467.124,71	75,48%
	Acordos de cooperação - Funcionamento	67.107.572,59	73.079.619,67	84.064.759,09	15,03%
	Outros Subsídios Eventuais	827.856,32	175.198,96	52.147,27	-70,24%
	Emergência Social	466.963,29	542.241,89	680.847,84	25,56%
	RA'S - FSS	17.824,03	0,00	0,00	0,00%
	Processos Tutelares Cíveis	89.152,30	43.149,26	26.603,93	-38,34%
	Programa Emergência Alimentar	156.494,30	148.313,60	164.126,80	10,66%
	Subsídio Famílias Acolhimento	75.986,70	92.100,99	146.560,32	59,13%
	PES - Sb.Eventuais Fam. Carência	2.304.215,69	2.311.974,54	2.360.273,75	2,09%
	Ajudas Técnicas	12.200,00	20.311,60	52,00	-99,74%
	Meio Natural de Vida	91.496,88	123.142,12	81.061,78	-34,17%
	PAS POAPMC FEAC - Co-Financiados FEAC	1.801.221,39	1.738.860,46	310,34	-99,98%
	PAS POAPMC CPN - Projetos Formação	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total Ação Social		75.069.467,51	79.525.236,27	89.178.690,44	12,14%
Solidariedade	Rendimento Social Inserção	21.141.154,02	20.100.930,30	15.957.246,87	-20,61%
	Sub.Social Desemprego	7.939.572,89	5.342.887,10	6.351.176,21	18,87%
	Apoio Judiciário	42.881,23	41.401,75	41.754,47	0,85%
	Regime Não Contributivo	3.444.621,81	3.637.096,74	3.819.744,32	5,02%
	RESSAA/Reg Trans.Rurais	442.643,67	369.759,15	340.719,71	-7,85%
	Sub.Social Maternidade	744.408,52	691.186,38	632.256,24	-8,53%
	Sub.Soc.Des.Sal.Atraso	3.876,16	1.389,57	0,00	-100,00%
	Med. exc. temp COVID	2.859.952,76	1.750.163,83	260.241,31	-85,13%
	Outras Prestações	0,00	0,00	12.885.942,51	100,00%
	Total Solidariedade	36.619.111,06	31.934.814,82	40.289.081,64	26,16%
Proteção Familiar	Proteção Familiar - encargos família	44.769.460,26	46.241.264,12	45.099.036,33	-2,47%
	Med. exc. temp COVID	0,00	2.114,79	56,00	0,00%
	Total Proteção Familiar	44.769.460,26	46.243.378,91	45.099.092,33	-2,47%
Financiamento Bipartido - Regime de Repartição	Repartição Regime Geral	66.566.013,89	66.053.537,46	72.657.366,74	10,00%
	CGA - Pensões Unificadas	1.805.855,55	1.792.740,10	1.800.568,61	0,44%
	Restituição contribuições	221.672,73	382.889,55	218.305,26	-42,98%
	Pol.Ativas de Emprego e Formação Prof	1.089.851,48	2.667.701,25	113.877,17	-95,73%
	Transf Emp, H. F. P.	10.133.874,00	10.437.890,00	10.716.964,00	2,67%
	Projetos de Formação Profissional	1.066,46	5.696,75	9.896,72	73,73%
	Outras Desp. Capital	535.920,00	0,00	414.419,24	100,00%
	Medidas COVID	23.706.631,82	15.233.510,50	5.029.660,36	-66,98%
	Prest COVID	1.479.948,23	3.994.484,68	3.229.497,22	-19,15%
	COVID Dim prazos gar	3.521,52	29,25	0,00	-100,00%
	Programa de Apoio Cofaco	0,00	0,00	369.784,46	100,00%
	Total Financiamento Bipartido	105.544.355,68	100.568.479,54	94.560.339,78	-5,97%
Orçamento Região Autónoma Açores	Administração	16.299.976,83	15.293.380,24	15.996.368,11	4,60%
	Despesas de capital Administração	319.181,42	623.711,94	752.349,52	20,62%
	Administração - Covid	21.456,02	6.609,09	3.331,36	-49,59%
	Administração - Casas do Povo	886.789,34	998.092,51	882.723,14	-11,56%
	Total Administração	17.527.403,61	16.921.793,78	17.634.772,13	4,21%
	ORAA - Administração	393.392,60	404.346,30	380.737,80	-5,84%
	ORAA - Ação Social	4.534.948,11	6.129.910,31	7.860.056,90	28,22%
	ORAA - Bolsas de Estudo	0,00	0,00	616.000,00	100,00%
	ORAA - Complemento Especial Doente Oncológico	623.088,00	741.829,80	775.366,82	4,52%
	ORAA - Fundo de Compensação Social	2.208.758,02	1.562.711,69	486.405,96	-68,87%
	ORAA - Idosos em Casa	0,00	0,00	110.873,00	100,00%
	ORAA - Proteção Familiar	2.432.526,39	3.825.496,03	2.895.559,10	-24,31%
	ORAA - PROP	13.127,20	346.375,19	200.965,45	-41,98%
	ORAA - Rede de Cuidados Continuados	1.051.141,47	980.094,26	740.904,25	-24,40%
	ORAA - Solidariedade	1.423.669,40	2.977.568,66	5.133.995,32	72,42%
	ORAA - Turismo Sénior	28.142,84	400,00	350,00	-12,50%
	Total Orçamento Região Autónoma Açores	12.708.794,03	16.968.732,24	19.201.214,60	13,16%
TOTAL		292.238.592,15	292.162.435,56	305.963.190,92	4,72%

Quadro 7 – Análise evolutiva da despesa 2020/2022

6.3.1 SUBSISTEMA AÇÃO SOCIAL

Este subsistema tem como objetivos fundamentais a prevenção e a intervenção em situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitária dos indivíduos e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

A ação social destina-se também a assegurar a especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência, idosos e outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social.

A ação social deve, ainda, ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a atividade de instituições não públicas, e concretiza-se através de:

- Serviços e equipamentos sociais;
- Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão social;
- Prestações pecuniárias, de caráter eventual e em condições de excecionalidade.

- **TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS DE CAPITAL PARA AS IPSS**

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a instituições particulares de ação social (IPSS's) para financiar despesas de capital.

No subgrupo D.08.07, incluem-se as transferências relativas ao financiamento do Orçamento da Segurança Social para investimentos em Instituições S/fins lucrativos, no âmbito do Código de Ação Social do Açores, a despesa realizada em 2022 foi de 583.600,90€.

- **ACORDOS DE COOPERAÇÃO – Contratos de Cooperação Valor Cliente - CCVC**

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a transferir para as IPSSS que possuem contrato de cooperação valor cliente com o ISSA para efeitos de financiamento da sua atividade.

Neste agrupamento verifica-se um acréscimo da despesa total de 16% face a 2021. O valor total de CCVC'S em 2022 cifrou-se nos 92.203.392,40€.

- **OUTROS SUBSÍDIOS EVENTUAIS/ FUNDO DE SOCORRO SOCIAL**

Não foram registados quaisquer montantes no "Fundo de Socorro Social"

- **SUBSÍDIOS ACOLHIMENTO / SUBSÍDIOS EVENTUAIS FAMÍLIAS EM CARÊNCIA/ MEIO NATURAL DE VIDA**

Nestes agrupamentos estão incluídas as transferências para famílias relativas a prestações sociais enquadradas no Subsistema de Ação Social em 2022, em que se verifica:

- um aumento da despesa de 2,09% em Subsídios eventuais famílias em carência.
- um aumento da despesa de 59,13% em Subsídios a famílias de acolhimento.

Em termos globais o subsistema de ação social aumentou 12,14% em 2022, totalizando a despesa de 89.178.690,44€.

6.3.2 SUBSISTEMA SOLIDARIEDADE

Este subsistema destina-se a assegurar direitos essenciais dos cidadãos, por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como a garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar.

No ano de 2022 verificou-se a seguinte variação:

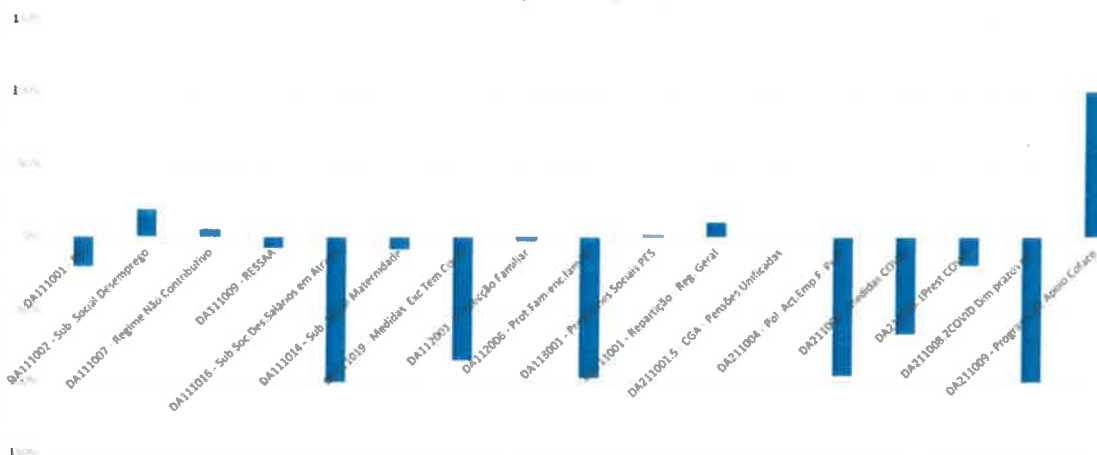


Gráfico 2 – Variação 2022/2021 das prestações sociais

DESPESA TOTAL PRESTAÇÕES SOCIAIS

Fundos - Prestações Sociais	Despesa Total - 2020	Despesa Total - 2021	Despesa Total - 2022	Variação%(2020_2021)	Variação%(2021_2022)
DA111001 - RSI	21.141.154,02 €	20.100.930,30 €	15.957.246,87 €	-5%	-21%
DA111002 - Sub. Social Desemprego	7.939.572,89 €	5.342.887,10 €	6.351.176,21 €	-33%	19%
DA111007 - Regime Não Contributivo	3.444.621,81 €	3.637.096,74 €	3.819.744,32 €	6%	5%
DA111009 - RESSAA	442.643,67 €	369.759,15 €	340.719,71 €	-16%	-8%
DA111016 - Sub. Soc.Des.Salários em Atraso	3.876,16 €	1.389,57 €	0,00 €	-64%	-100%
DA111014 - Sub. Social Maternidade	744.408,52 €	691.186,38 €	632.256,24 €	-7%	-9%
DA111019 - Medidas Exc Tem Covid	2.859.952,76 €	1.750.163,83 €	260.241,31 €	-39%	-85%
DA112001 - Protecção Familiar	44.769.460,26 €	46.241.264,12 €	45.099.036,33 €	3%	-2%
DA112006 - Prot.Fam-enc.família	0,00 €	2.114,79 €	56,00 €	100%	-97%
DA113001 - Prestações Sociais PES	0,00 €	2.547.529,25 €	2.587.947,85 €	100%	2%
DA211001 - Repartição - Reg. Geral	66.566.013,89 €	66.023.205,71 €	72.657.366,74 €	-1%	10%
DA211001.5 - CGA - Pensões Unificadas	1.805.855,55 €	1.792.740,10 €	1.800.568,61 €	-1%	0%
DA211004 - Pol. Act.Emp.F. Prof.	1.089.851,48 €	2.667.701,25 €	113.877,17 €	145%	-96%
DA211008 - Medidas COVID	23.706.631,82 €	15.233.510,50 €	5.029.660,36 €	-36%	-67%
DA211008.1Prest COVID	1.479.948,23 €	4.024.816,43 €	3.229.497,22 €	172%	-20%
DA211008.2COVID Dim prazos gar	3.521,52 €	29,25 €	0,00 €	-99%	-100%
DA211009 - Programa de Apoio Cofaco	0,00 €	0,00 €	369.784,46 €	0%	100%
Total - Fundos_OSS - 4070	175.997.512,58 €	170.426.324,47 €	158.249.179,40 €	-3%	-7%

Quadro 8 – Despesa total das Prestações Sociais

Verifica-se um decréscimo em relação a 202 na despesa de prestações sociais na ordem dos -7%, destacando-se a redução verificada ao nível das Medidas COVID, assim como, a redução verificada no RSI.

SUBSISTEMA PROTEÇÃO FAMILIAR

Este subsistema visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram as eventualidades legalmente previstas. A proteção nas eventualidades previstas no âmbito deste subsistema concretiza-se através da concessão de prestações pecuniárias. A atribuição das prestações depende de residência em território nacional e demais condições fixadas na lei.

A despesa paga e registada neste agrupamento, no montante de 45.099.092,33€, sofreu um decréscimo de 2,47% no biénio 2021/2022.

FINANCIAMENTO BIPARTIDO – REGIME DE REPARTIÇÃO

- **RESTITUIÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES**

Neste agrupamento são registadas as contribuições e outras receitas restituídas aos contribuintes, observando-se uma diminuição de aproximadamente 42,98% face a 2021.

- **TRANSFERÊNCIAS PARA O EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As transferências para a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional – Fundo Regional do Emprego, cifraram-se no montante de 10.716.964€, registando, em 2022, um aumento de 2,67% relativamente a 2021.

- **OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL (DAÇÃO)**

Este agrupamento engloba as dações em pagamento provenientes de recuperação de dívidas. A despesa verificada em 2022, foi no montante de 414.419,24 €.

Ramos
M.

ADMINISTRAÇÃO – Orçamento da Segurança Social

- **DESPESAS COM PESSOAL**

Neste agrupamento consideram-se todas as remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que o Estado, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários além das contribuições à CGA, Segurança Social e ADSE. Encontram-se também aqui, os subsídios de proteção familiar, os seguros de acidentes de trabalho, bem como a comparticipação da Segurança Social para os Serviços Sociais da Administração Pública (financiamento da ação social complementar dos trabalhadores da Administração direta e indireta do estado).

Fazem também parte deste agrupamento, os abonos que são atribuídos como contrapartida de certa situação, esforço ou responsabilidade especial, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios, despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas e ajudas de custo.

Análise evolutiva da despesa com pessoal da administração no biénio 2021/2022

Quadro 9 – Análise evolutiva da despesa com pessoal da administração – OSS - no biénio 2021_ 2022

Despesas Com Pessoal_ ISSA, IPRA		2021	2022	% Variação
D.01	Despesas com pessoal	15.052.179,22 €	15.402.863,39 €	2,33%
D.01.01	Remun.cert.e perman.	11.914.357,77 €	12.281.222,09 €	3,08%
D.01.01.02	Orgãos sociais	129.608,69 €	121.582,44 €	-6,19%
D.01.01.03	Pessoal quadros-RFP	7.787.631,02 €	8.107.359,53 €	4,11%
D.01.01.03.01	Pessoal em funções	7.787.631,02 €	8.107.359,53 €	4,11%
D.01.01.03.02	Alter.obrig.pós.remu	0,00 €		---
D.01.01.04.01	Pessoal quadros- CIT Pessoal em funções	15.340,64 €	33.315,36 €	117,17%
D.01.01.06	P.Contratado a termo	29.593,95 €	11.617,57 €	0,00%
D.01.01.08	P.aguard.aposentação	12.226,78 €	13.137,42 €	7,45%
D.01.01.09	P.em qq out.situação	908.052,96 €	786.324,02 €	-13,41%
D.01.01.11	Representação	84.323,75 €	86.118,58 €	2,13%
D.01.01.12	Suplement.e prémios	189.124,82 €	212.039,93 €	12,12%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	537.180,48 €	531.363,42 €	-1,08%
D.01.01.14.01	Subsídio de Férias	761.952,86 €	803.187,41 €	5,41%
D.01.01.14.02	Subsídio de Natal	738.175,19 €	780.632,69 €	5,75%
D.01.01.15	Re.doen.e mater/pat.	721.146,63 €	794.543,72 €	0,00%
D.01.02	Abon.var.ou event.	294.860,95 €	305.442,00 €	3,59%
D.01.02.02	Horas extraordinár.	13.952,90 €	14.196,90 €	1,75%
D.01.02.04	Ajudas de custo	6.871,56 €	11.821,12 €	72,03%
D.01.02.05	Abono para falhas	36.754,92 €	37.629,68 €	2,38%
D.01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno	0,00 €	0,00 €	---
D.01.02.12.01	Indemn.por cess.funç	3.527,38 €	0,00 €	---
D.01.02.14	Out.ab.em num.ou esp	233.754,19 €	241.794,30 €	0,00%
D.01.03	Segurança Social	2.842.960,50 €	2.816.199,30 €	-0,94%
D.01.03.03	Sub.fam.crian.e jov.	32.208,04 €	25.878,60 €	-19,65%
D.01.03.04	Outras prest.famil.	21.261,97 €	15.324,33 €	-27,93%
D.01.03.05	Contribuições p/ SS	2.725.978,40 €	2.700.873,93 €	-0,92%
D.01.03.05.01	CGA	2.128.665,50 €	1.997.962,43 €	-6,14%
D.01.03.05.02	Seg. Social	597.312,90 €	702.911,50 €	17,68%
D.01.03.06	Ac.serv.e doen.prof	180,90 €	1.152,20 €	536,93%
D.01.03.08	Outras Pensões	39.686,85 €	40.531,89 €	0,00%
D.01.03.10	Out.desp.seg.social	23.644,34 €	32.438,35 €	37,19%

Quadro 9 – Análise evolutiva da despesa com pessoal da administração – OSS - no biénio 2021/2022

A despesa paga e registada neste agrupamento registou um acréscimo de 2,33%.

• **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

Composição das despesas com aquisição de bens e serviços no exercício de 2022.

Económica/Conta		Despesa Total	Peso %
D.02	Aquis.benseserv.	1.787.258,08 €	
D.02.01	Aquisiçãodebens	112.876,49 €	6,32%
D.02.01.02	Combust.elubrific.	43.725,11 €	2,45%
D.02.01.04	Limpezaehigiene	2.519,17 €	0,14%
D.02.01.07	Vestuár.eart.pess.	6.290,27 €	0,35%
D.02.01.08	Materialescritório	38.772,32 €	2,17%
D.02.01.09	Prod.quím.efarmac.	36,01 €	0,00%
D.02.01.18	Livros e doc técnica	40,50 €	0,00%
D.02.01.21	Outrosbens	21.493,11 €	1,20%
D.02.02	Aquisiçãoserviços	1.674.381,59 €	93,68%
D.02.02.01	Encargosinstalações	239.875,62 €	13,42%
D.02.02.02	Limpezaehigiene	219.054,47 €	12,26%
D.02.02.03	Conservaçãodebens	114.345,28 €	6,40%
D.02.02.04	Locaçãodeedifícios	124.175,36 €	6,95%
D.02.02.09	Comunicações	227.857,50 €	12,75%
D.02.02.10	Transportes	2.972,97 €	0,17%
D.02.02.12	Seguros	23.108,80 €	1,29%
D.02.02.13	Deslocaçãoeestadas	46.998,12 €	2,63%
D.02.02.14	Est.parec.proj.cons.	0,00 €	0,00%
D.02.02.15	Formação	6.239,71 €	0,35%
D.02.02.16	Seminários e Exp.Slm.	720,00 €	0,04%
D.02.02.17	Publicidade	2.577,92 €	0,14%
D.02.02.18	Vigilânc.esegurança	147.287,72 €	8,24%
D.02.02.19	Assistênciatécnica	24.405,82 €	1,37%
D.02.02.20	Out.trabalhos espec.	143.279,48 €	8,02%
D.02.02.22.99	Serviçosdesaúde	164.149,28 €	9,18%
D.02.02.25	OutrosServiços	187.333,54 €	10,48%

Quadro 10 –Despesas com aquisição de bens e serviços da administração – OSS - 2022

A despesa paga incluída no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, atingiu em 2022 o valor de 1.787.258,08€.

As despesas com maior peso percentual são:

- Encargos com instalações;
- Limpeza e Higiene;

M.

- Comunicações;

- Serviços de Saúde.

- **JUROS E OUTROS ENCARGOS**

A despesa paga e registada em “Juros e Encargos Financeiros”, no montante de 106.896,83€, sofreu um acréscimo na ordem de 8,17%, no biénio 2022/2021, considerando o aumento dos encargos suportados com o recebimento via multibanco, já que houve um acréscimo de utilização deste meio de pagamento.

Variação das despesas com juros e outros encargos no biénio 2021/2022

Juros e Outros Encargos_ ISSA, IPRA		2021	2022	% Variação
D.03	Juros e Outros Encargos	98.822,83 €	106.896,83 €	8,17%
D.03.06	Outros Encargos Financeiros	98.822,83 €	106.896,83 €	8,17%
D.03.06.01.01	Serviços Bancários	98.822,83 €	106.896,83 €	8,17%

Quadro 11 –Variação das despesas com juros e outros encargos – 2021/2022

- **OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Outras Despesas Correntes_ ISSA, IPRA - Fundo DA311001 - Administração		2021	2022	%
D.06	Outras Despesas Correntes	25.282,02 €	9.613,84 €	-61,97%
D.06.02	Diversas	25.282,02 €	9.613,84 €	-61,97%
D.06.02.03	Outras Despesas Correntes	25.282,02 €	9.613,84 €	-61,97%

Quadro 12– Variação de outras despesas correntes no biénio 2021/2022

A despesa paga incluída no agrupamento “Outras Despesas Correntes”, atingiu em 2022 o valor de 9.613,84€, registando uma redução de 61,97%, em relação ao ano anterior.

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

M.

As Dotações Corrigidas em 2022, perfizeram o montante de 25.839.545€, tendo a Despesa Total, atingido o montante de 19.201.214,60€, representando um grau de execução orçamental de 74%.

Ação Plano RAA	ORAA - ISSA, IPRA - Execução Orçamental 2022	Dotação 2022	Despesa - 2022	Grau de Execução
Ação 2.5.9	Fundo Regional de Ação Social	14.200.550,00 €	11.242.021,96 €	79%
	CAAF	4.400.000,00 €	2.895.559,10 €	66%
	IPSS - Acordos de Cooperação /Emergência Social	9.100.550,00 €	7.818.213,75 €	86%
	Refeições Férias Escolares	100.000,00 €	41.843,15 €	42%
	Fundo Compensação Social(Covid)	600.000,00 €	486.405,96 €	0%
Ação 2.5.11	Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas	956.874,00 €	200.965,45 €	21%
Ação 2.2.2	Complemento Especial para o Doente Oncológico (CEDO)	775.370,00 €	775.366,82 €	100%
Ação 2.5.19	Bolas de Estudo	618.750,00 €	616.000,00 €	100%
Ação 2.4.3	Rede de Cuidados Continuados dos Açores	914.900,00 €	740.904,25 €	81%
Ação 2.4.4	Idosos em Casa	1.316.365,00 €	110.873,00 €	8%
Ação 2.2.14	Nascer Mais	1.200.000,00 €	- €	0%
Ação 2.5.12	COMPAMID	5.220.431,00 €	5.133.995,32 €	98%
	Total Plano	25.203.240,00 €	18.820.126,80 €	75%
	ORAA (Administração)	635.805,00 €	380.737,80 €	60%
	Total ORAA_2022	25.839.045,00 €	19.200.864,60 €	74%
	Turismo Senior - Meus Açores Meus Amores	500,00 €	350,00 €	70%
	Total SIF - Sistema de Informação Financeira	25.839.545,00 €	19.201.214,60 €	74%

Quadro 13– Despesas do ORAA (Plano de Investimento do ORAA)

Despesa por Classificação Económica

Agrupamento	Despesa	2019	2020	2021	2022	2019/2020		2020/2021		2021/2022	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Despesas Correntes	278.302.870,47 €	322.871.385,31 €	354.069.418,65 €	364.319.547,58 €	44.568.514,84 €	16%	31.198.033,34 €	10%	10.250.128,93 €	3%
01	Despesas com pessoal	14.189.270,18 €	15.046.546,59 €	15.052.179,22 €	15.402.863,39 €	857.276,41 €	6%	5.632,63 €	0%	350.684,17 €	2%
02	Aquisição de bens e serviços	2.540.346,46 €	3.409.271,02 €	3.282.798,45 €	1.787.258,08 €	868.924,56 €	34%	-126.472,57 €	-4%	-1.495.540,37 €	-46%
03	Juros e outros encargos	73.811,56 €	94.299,99 €	98.822,83 €	106.896,83 €	20.488,43 €	28%	4.522,84 €	5%	8.074,00 €	8%
04	Transferência correntes	260.425.569,83 €	303.159.152,17 €	335.005.220,84 €	346.700.201,86 €	42.733.582,34 €	16%	31.846.068,67 €	11%	11.694.981,02 €	3%
05	Subsídios	828.026,42 €	921.468,65 €	221.825,74 €	93.990,42 €	93.442,23 €	11%	-699.642,91 €	-76%	-127.835,32 €	-58%
06	Outras despesas correntes	245.846,02 €	240.646,89 €	408.571,57 €	228.337,00 €	-5.199,13 €	-2%	167.924,68 €	70%	-180.234,57 €	-44%
	Despesas Capital	678.767,99 €	1.772.423,13 €	1.041.189,28 €	2.071.369,66 €	1.093.655,14 €	161%	-731.233,85 €	-41%	1.030.180,38 €	99%
07	Aquisição de bens de capital	123.767,99 €	855.101,42 €	626.784,66 €	1.166.768,76 €	731.333,43 €	591%	-228.316,76 €	-27%	539.984,10 €	86%
08	Transferências de capital	555.000,00 €	917.321,71 €	414.404,62 €	904.600,90 €	362.321,71 €	65%	-502.917,09 €	-55%	490.196,28 €	118%
	Despesa Total do Sistema	278.981.638,46 €	324.643.808,44 €	355.110.607,93 €	366.390.917,24 €	45.662.169,98 €	16%	30.466.799,49 €	9%	11.280.309,31 €	3%

Quadro 14 – Despesa – por classificação económica

A despesa global em 2022 aumentou 3% relativamente a 2021, em 11.280.309,31€, sendo que as Transferências Correntes – D.04*, contribuíram quase na totalidade para este acréscimo.

M.

8- SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ramos

BALANÇO

O quadro a seguir apresentado evidencia as grandes rubricas do balanço em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, permitindo observar, para além do valor desses elementos patrimoniais, as variações ocorridas, em termos de valores absolutos e percentuais, no bi nio 2021/2022 bem como o respetivo peso relativo.

Através da análise do quadro supra verifica-se, relativamente às grandes massas patrimoniais, após deduzidas ao ativo as amortizações e provisões, o seguinte:

Quadro 15 – Balanços de 2022/2021

Rúbricas	2022		2021		Variação	
	Em �	%	Em �	%	Em �	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(5)/(3)
ACTIVO						
Activo fixo líquido	34.061.080,59	4,9%	34.877.327,19	5,4%	-816.246,60	-2,3%
Imobilizado	34.061.080,59	4,9%	34.877.327,19	5,4%	-816.246,60	-2,3%
Imobilizações incorp�reas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Imobiliza��es corp�reas	23.786.136,00	3,4%	24.591.370,83	3,8%	-805.234,83	-3,3%
Investimentos financeiros	10.274.944,59	1,5%	10.285.956,36	1,6%	-11.011,77	-0,1%
Activo circulante líquido	664.863.532,78	95,1%	608.073.820,42	94,6%	56.789.712,36	9,3%
Exist�ncias	59.969,72	0,0%	59.151,22	0,0%	818,50	1,4%
D�vidas de terceiros - M�dio e longo prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
D�vidas de terceiros - Curto prazo	493.247.356,07	70,6%	459.674.019,15	71,5%	33.573.336,92	7,3%
Disponibilidades	171.479.942,02	24,5%	148.305.925,66	23,1%	23.174.016,36	15,6%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	171.479.942,02	24,5%	148.305.925,66	23,1%	23.174.016,36	15,6%
Acréscimos e diferimentos	76.264,97	0,0%	34.724,39	0,0%	41.540,58	119,6%
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	698.924.613,37	100,0%	642.951.147,61	100,0%	55.973.465,76	8,7%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios	695.370.737,49	99,5%	640.007.629,54	99,5%	55.363.107,95	8,7%
Passivo	3.553.875,88	0,5%	2.943.518,07	0,5%	610.357,81	20,7%
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
D�vidas a terceiros - curto prazo	1.089.260,07	0,2%	779.263,12	0,1%	309.996,95	39,8%
Acréscimos e diferimentos	2.464.615,81	0,4%	2.164.254,95	0,3%	300.360,86	13,9%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	698.924.613,37	100,0%	642.951.147,61	100,0%	55.973.465,76	8,7%

Em 31.12.2022, o cômputo das massas patrimoniais do ativo foi no valor de, 698.924.613,37  correspondendo-lhe um aumento de 55.973.465,76 , ou seja, cerca de mais 9% da totalidade dos valores dos ativos existentes em 31.12.2021, tendo contribuido mais significativamente para esse aumento o valor registado na rubrica “D vidas de terceiros” e disponibilidades, com o acréscimo de 33.573.336,92  e 23.174.016,36 , respetivamente.

Os elementos passivos, totalizando em 31.12.2022 o valor de 3.553.875,88€, tendo registado um acréscimo 610.357,81€, face a 2021.

Relativamente aos fundos próprios, que em 31.12.2022 cifraram o valor de 695.370.737,49€, verificando-se um aumento de 8,7%, relativo a 2021.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2022, as “Disponibilidades” registaram o valor de 171.479.942,02€ representando um aumento no valor de 23.174.016,36€ em relação ao exercício de 2021 totalizando um aumento de 15,6 pontos percentuais. Do valor total das disponibilidades, 123.000.000€ estão em depósitos a prazo em aplicações financeiras.

Dívidas de Terceiros

As “Dívidas de terceiros” que no final de 2022 correspondem a 70,60% do valor total do ativo líquido, aumentando no valor de 33.573.336,92€, representando um aumento de 7,3% em relação ao ano transato.

De ressaltar que a informação de suporte aos registos contabilísticos provém de fonte comum a todo o sistema da segurança social, padecendo de divergências reconhecidas, mas não apuradas, pelo que, é impossível, nesta fase, determinar com exatidão a margem de erro.

Esta matéria está fora do alcance do ISSA, uma vez que, não é este instituto que gere o suporte informático de base a todas as aplicações do sistema.

M -

Imobilizado

Em relação ao “Imobilizado” líquido de amortizações e provisões, verifica-se que o total das imobilizações corpóreas referentes a 31 de dezembro de 2022 (23.786.136,00€) é inferior em 3,3% ao valor final de 2021 (24.591.370,83€).

Quanto ao imobilizado “Investimentos financeiros” líquido de amortizações e provisões, manteve-se com o valor a rondar os 10.200.000€.

Existências

A rubrica “Existências” corresponde aos materiais de consumo na atividade operacional do ISSA, que em 31 de dezembro de 2022, foi de 59.970€.

Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica destina-se a permitir o registo dos custos e proveitos nos exercícios a que respeitam, em obediência ao princípio da especialização dos exercícios.

No que diz respeito aos acréscimos de proveitos, verificou-se um aumento no valor de 41.540,58€ em relação ao ano de 2021, decorrente essencialmente do acréscimo dos juros no âmbito das aplicações em depósitos a prazo.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

Dívidas a terceiros

O aumento de quase 40% na rubrica dívidas a terceiros, deriva essencialmente do aumento dos créditos não reclamados, cujo valor passou de 364.305,76€ para 671.137,85€

FUNDOS PRÓPRIOS

No que diz respeito aos fundos próprios, verificou-se um aumento no montante de 55.363.107,95€ em relação ao ano de 2021, contribuindo para o efeito essencialmente a variação do resultado transitado e resultado líquido.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2022 verificou-se um resultado líquido do exercício, positivo no valor de 46.563.896,77€, superior em 18.147.587,52€ face a 2021 (28.416.309,25€)

O aumento dos resultados operacionais, derivado essencialmente ao aumento das contribuições, contribui para o acréscimo de 64% do resultado líquido.

No exercício económico de 2022, o total dos proveitos e ganhos (494.681.201,45€), foi inferior, em 21.677.885,39€, face a 2021, concorrendo para a diminuição o decréscimo dos proveitos extraordinários.

Quadro 16 - Demonstração de Resultados - 2022/2021

RUBRICAS	2022		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos operacionais						
Impostos e taxas	388.162.165,07	99%	351.121.129,71	99%	37.041.035,36	11%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5.681.451,28	1%	4.363.439,21	1%	1.318.012,07	30%
Outro proveitos e ganhos operacionais	163.681,81	0%	100.299,68	0%	63.382,13	63%
Total dos proveitos e ganhos operacionais	394.007.298,16	100%	355.584.868,60	100%	38.422.429,56	11%
Custos e perdas operacionais						
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34.265,78	0,01%	45.307,88	0,01%	-11.042,10	-24%
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	344.860.816,02	92%	331.897.355,68	92%	12.963.460,34	4%
Custos com pessoal	15.722.545,08	4%	14.803.018,17	4%	919.526,91	6%
Fornecimento e serviços externos	1.734.811,55	0%	3.205.709,47	1%	-1.470.897,92	-46%
Amortizações do exercício	589.220,33	0%	524.503,03	0%	64.717,30	12%
Provisões do exercício	10.620.097,56	3%	9.636.804,37	3%	983.293,19	10%
Outros custos e perdas operacionais	110.411,54	0%	150.354,14	0%	-39.942,60	-27%
Total dos custos e perdas operacionais	373.672.167,86	100%	360.263.052,74	100%	13.409.115,12	4%
RESULTADOS OPERACIONAIS	20.335.130,30	-	-4.678.184,14	-	25.013.314,44	-535%
Proveitos e ganhos financeiros	96.904,99	-	96.956,83	-	-51,84	0%
Custos e perdas financeiros	149.489,68	-	142.580,60	-	6.909,08	5%
RESULTADOS FINANCEIROS	-52.584,69	-	-45.623,77	-	-6.960,92	15%
Proveitos e ganhos extraordinários	100.576.998,30	-	160.677.261,41	-	-60.100.263,11	-37%
Custos e perdas extraordinários	74.295.647,14	-	127.537.144,25	-	-53.241.497,11	-42%
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	26.281.351,16	-	33.140.117,16	-	-6.858.766,00	-21%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.563.896,77	-	28.416.309,25	-	18.147.587,52	64%

M.

Os proveitos e ganhos operacionais obtidos no exercício de 2022, no valor de 394.007.298,16€, representam 80% do total dos proveitos reconhecidos naquele exercício e os proveitos e ganhos extraordinários, no valor de 100.576.998,30€ correspondem a 20%.

Os custos e perdas operacionais do exercício de 2022, no valor de 373.672.167,86€, correspondem a 83% do total dos custos e os custos e perdas extraordinários, no valor de 74.295.647,14€, cerca de 17%.

9 – CONCLUSÃO

O ano de 2022 continuou a ser um ano de grandes desafios no âmbito da gestão de recursos humanos, face às sucessivas alterações dos normativos e orientações em matéria de teletrabalho e isolamento profilático, como consequência da evolução da pandemia de Covid-19, especialmente no 1º trimestre, com a variante OMICRON. No início do 2º trimestre a crise sismo-vulcânica em S. Jorge exigiu medidas extraordinárias, no âmbito social.

Dando cumprimento aos objetivos definidos no âmbito da política nacional e regional, o Conselho Diretivo reforçou as medidas de gestão interna para uma resposta atempada e adequada às pretensões dos contribuintes e beneficiários de modo a garantir o cumprimento contributivo e prestacional, aumentar a eficiência do serviço e assegurar a proteção e inclusão social, com especial ênfase para as medidas de mitigação do impacto na economia e nas famílias resultantes do aumento da inflação, despoletado pela guerra da Ucrânia e Rússia.

Em 2023, o ISSA, IPRA passou aplicar SNC-AP tendo efetuado, simultaneamente, alteração do sistema informático financeiro para o SAP4HANA. Esta concretização exigiu, durante 2022, um esforço acrescido e permanente do Departamento de Gestão Financeira, Orçamento e Conta, o qual o Conselho Diretivo congratula o empenho da equipa e o resultado do sucesso na transição.

Em 2022 a intervenção do departamento de Ação Social recuperou a proximidade, na sua atuação presencial, com o profissionalismo dos colaboradores da área social, nomeadamente ao: acompanhar utentes, co construir projetos de vida, reconstruir identidades, promover medidas de política social que atendam às necessidades e expectativas das pessoas, promovendo uma mudança assente no comprometimento e na co-responsabilização de todos os agentes envolvidos.

M.

No âmbito da ação social continuamos a proceder a uma uniformização de procedimentos, ao nível da intervenção social, nomeadamente a permanência dos técnicos nos territórios/ zonas, seja, no mínimo, de dois dias fixos por semana, foram efetuados cerca de 8474 atendimentos de ação social, em 2022.

Promoveu-se uma maior articulação permanente com as Instituições e entidades locais.

O ISSA garantiu, em 2022, um atendimento e a prestação atempada de serviços ao público, promovendo os meios não-presenciais de atendimento, como a Segurança Social Direta; atendimento por marcação; atendimento diferido (entrega de documentação em envelope); o atendimento telefónico; atendimento por correio eletrónico.

No que concerne ao cumprimento das obrigações contributivas, continuou-se a incentivar o pagamento de contribuições através de multibanco, *homebanking* e adesão ao débito direto.

O aumento do atendimento presencial contribuiu para a necessidade de nova reorganização dos serviços, pois mantiveram-se em funcionamento os mesmos canais de entrada, mas com menos recursos humanos para afetar às respostas através dos canais de atendimento não presencial, por ter que se dar prioridade ao atendimento presencial, não aumentando o tempo médio de espera e de atendimento.

A adoção de novas tecnologias de informação facilitou a interação dos cidadãos com o ISSA, tornando o acesso aos serviços mais fácil, rápido e eficiente.

A área de TI é crucial para toda a atividade do ISSA, que gere cerca 20 sistemas informáticos.

Com o crescente número de ameaças cibernéticas, tornou-se cada vez mais importante investimento em equipamentos com tecnologias atualizadas, atuar em rede de forma a detetar, prevenir e minimizar a vulnerabilidade do ISSA em relação aos ciberataques.

O Conselho Diretivo enaltece o empenho geral dos colaboradores nas metas e objetivos atingidos e todo o apoio recebido das Instituições do Sector da Segurança Social.

9 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em anexo ao presente relatório.

10 - ANEXO - RELATÓRIO DAS SUBVENÇÕES PÚBLICAS

Em anexo ao presente relatório.

Angra do Heroísmo, 29 de março de 2023

Presidente do Conselho Diretivo

Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Patrícia Borges Soares

Vogal do Conselho Diretivo

Tânia Duarte de Almeida Moreira da Fonseca

